



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

DAYANE MAXIMIANO DA SILVA

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA
DESIGUALDADE POR GÊNERO

JOÃO PESSOA

2018

DAYANE MAXIMIANO DA SILVA

**TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA
DESIGUALDADE POR GÊNERO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Ciências
Econômicas do Centro de Ciências Sociais
Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal
da Paraíba (UFPB), como requisito para a
obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientador(a): Prof. (a) Dra. Rejane Gomes
Carvalho

JOÃO PESSOA

2018

**Catálogo na publicação Seção de
Catálogo e Classificação**

S587t Silva, Dayane Maximiano da.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA
DESIGUALDADE POR GÊNERO / Dayane Maximiano da Silva. -
João Pessoa, 2018.

66 f. : il.

Orientação: Prof^a Dr^a Rejane Carvalho.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Mercado de Trabalho. 2. Previdência Social. 3.
Trabalho feminino. 4. Desigualdades. I. Carvalho, Prof^a
Dr^a Rejane. II. Título.

UFPB/BC

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA


AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

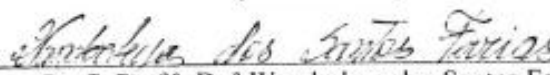
Comunicamos à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Econômicas (Bacharelado) que o trabalho de conclusão de curso (TCC) da aluna **Dayane Maximiano da Silva**, matrícula **11319311**, intitulada "**TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA DESIGUALDADE POR GÊNERO**", foi submetido à apreciação da Comissão Examinadora, composta pelas professoras: Rejane Gomes Carvalho (orientadora), Rosângela Palhano Ramalho e Wanderleya dos Santos Farias, no dia 18 / 06 / 18, às 10 horas, no período letivo 2017.2. O TCC foi APROVADO pela Comissão Examinadora e obteve nota (10,0).

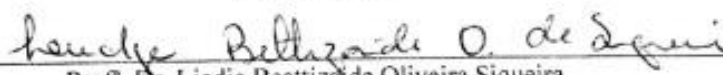
Reformulações sugeridas: Sim () Não (X)


Atenciosamente,

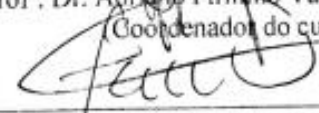

Prof.^a. Dr.^a Rejane Gomes Carvalho
Orientadora


Prof.^a. Ms.^a. Rosângela Palhano Ramalho
(Examinadora)


Prof.^a. Prof.^a. Dr.^a Wanderleya dos Santos Farias
(Examinadora)


Prof.^a. Dr.^a Liedje Beattizade Oliveira Siqueira
(Coordenadora de Monografia)


Prof.^a. Dr. Adriano Firmão Valério de Araújo
(Coordenador do curso)


Prof.^a. Dr. Paulo Amilton Maia Leite Filho
(Chefe de Departamento)

Ciente: 
Dayane Maximiano da Silva

“O povo não tem presente, quando é impedido de usufruir do fruto do seu próprio trabalho.”

Eclesiastes

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que por inúmeras vezes foi meu único sustento nessa jornada e por toda força recebida dele.

A minha orientadora Rejane Carvalho, que acreditou e me orientou durante todo o curso, agradeço pela sua paciência e disponibilidade, por sua forma de trabalhar que sempre me cativou.

Aos meus pais por todo incentivo e apoio, em especial a memória da minha avó que sempre acreditou em mim.

Ao meu namorado Elvis Vieira, verdadeiro companheiro, que sempre me incentivou e me deu força, acreditando em mim e na minha capacidade em cumprir este desafio.

Aos Economitos (Andrew, Ellen, Fernanda, Renato e Rhyanne), por tornarem essa caminhada mais leve, pela ajuda diária com as disciplinas, pelo apoio e pelo incentivo e principalmente pela amizade, agradeço também a Elloyse, Mirian E Marli que foram fundamentais nessa reta final.

As melhores amigas Cintia Felintro e Nara Rúbia que mesmo de longe me insentivam, me acolhem e me dão forças.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte dessa etapa decisiva na minha vida.

RESUMO

O presente trabalho propõe-se analisar o processo de organização e reestruturação da previdência social no Brasil como resultado das mudanças históricas verificadas no mercado de trabalho, com ênfase nos impactos sobre o trabalho feminino. Nesse contexto, procura-se compreender como está configurado o mercado de trabalho e a desigualdade por gênero no atual cenário socioeconômico brasileiro e as possíveis consequências após a proposta de mudança nas regras da previdência social no país. Mesmo com os avanços nos direitos trabalhistas ao longo do tempo, a previdência social vem sofrendo alterações nas suas regras com a justificativa de crescentes déficits orçamentários em função das mudanças demográficas. Por outro lado, não se leva em consideração as condições precárias de trabalho e o processo de desigualdades sociais que marcam a sociedade brasileira. Para abordar o tema, tornou-se necessário realizar uma revisão bibliográfica partindo da evolução histórica da previdência a fim de compreender os termos atuais e futuros a respeito da reforma da previdência social. Quanto aos aspectos metodológicos, o estudo caracteriza-se como pesquisa descritiva e bibliográfica. Foram levantados dados estatísticos de órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério do Trabalho e a Previdência Social. Foi possível observar que grande parte das mulheres encontra-se em trabalhos com menor qualificação e de baixa renda, com destaque para o trabalho doméstico, tendo como consequência taxas menores de contribuição previdenciária. Um dos pontos em discussão na atual reforma da previdência brasileira refere-se à equidade dos anos de contribuição entre os sexos. Caso isso ocorra, como as mulheres contribuem menos com a previdência, ao desconsiderar os aspectos que marcam as desigualdades de gênero nas diferentes dimensões histórica, social, política e econômica, a reforma poderá contribuir com a ampliação das desigualdades sociais no país.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho. Previdência Social. Trabalho feminino. Desigualdades.

ABSTRACT

This paper proposes to analyze the process of organization and restructuring of social security in Brazil as a result of the historical changes in the labor market, with emphasis on the impacts on women's work. In this context, we are to understand how the market of and gender inequality is configured in the current socio-economic scenario as possible consequences after a proposal to change the social welfare rules in the country. Even with advances in labor rights over time, Social Security has been undergoing changes in its rules with the justification of growing budget deficits due to demographic changes. On the other hand, we do not take into consideration the precarious conditions of work and the process of social inequalities that mark the Brazilian society. To address the issue, it became necessary to conduct a theoretical review based on the historical evolution of social security in order to understand the current and future terms of social security reform. As for the methodological aspects, the study is characterized as descriptive and bibliographical research. Statistical data were collected from official bodies such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Ministry of Labor and Social Security. It was possible to observe that a great part of the women are in work with lower qualification and of low income, with emphasis on the domestic work, having as consequence, lower rates of social security contribution. One of the points under discussion in the current Brazilian pension reform refers to the fairness of the contribution years between the sexes. If this happens, as women contribute less to social security, by disregarding the aspects that mark the gender inequalities in the different historical, social, political and economic dimensions, the reform may contribute to the expansion of social inequalities in the country.

Keywords: Woman. Job market. Social Security. Female work. Inequalities.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil - Pessoas de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho em Mil pessoas (2012 a 2017)	33
Gráfico 2 - Brasil - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas e fora da força de trabalho, por sexo - 2017 (%)	34
Gráfico 3 - Brasil - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por região e contribuição para instituto de previdência em Mil pessoas – 2017.....	38
Gráfico 4 - Brasil- Rendimento médio nominal por sexo em reais (2012 a 2017).....	39
Gráfico 5 - Brasil - Remuneração Média de dezembro por Escolaridade e Sexo em reais – 2016	41
Gráfico 6 - Brasil - Salário médio por setor produtivo e sexo em reais – 2016	42
Gráfico 7- Brasil- Rendimento médio nominal do trabalho principal das pessoas de.. 14 anos ou mais de idade – 2012/2017.....	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil – Número de empregos formais por área geográfica e gênero (2012 a 2016).....	36
Tabela 2 - Brasil – Número de empregos formais por setor de atividade econômica, segundo sexo - 2015/2016.....	37
Tabela 3 - Brasil – Número de contribuintes da previdência por sexo do segurado no ano (2009 a 2016).....	45
Tabela 4 - Brasil – Cobertura da previdência social na população ocupada total do setor privado, por sexo do segurado (2009 a 2015).....	46
Tabela 5 - Brasil – Quantidades de aposentadorias urbanas e rural por tempo de contribuição e sexo (2009 a 2016).....	47
Tabela 6 – Brasil – Cobertura da previdência social na população ocupada total do setor privado, por sexo do segurado (2009 a 2016).....	48
Tabela 7 – Brasil – Cobertura da previdência social da população ocupada na semana de referência, por proteção previdenciária e sexo, segundo a posição na ocupação principal - 2015.....	49

LISTA DE SIGLAS

BPC - Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito

DATASUS - Banco de dados do Sistema Único de Saúde

FGTS- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS- Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

PEC- Proposta de Emenda à Constituição

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

RGPS- Regime Geral de Previdência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Objetivos.....	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	16
2.1 Evolução histórica da previdência social como direito fundamental do trabalho ..	16
2.2 Princípios da seguridade social e da Previdência social no Brasil	21
2.3 Trabalho e desigualdade de gênero no Brasil	24
3 METODOLOGIA.....	28
3.1 Justificativa e especificação do problema de pesquisa	28
3.2 Pesquisa bibliográfica e coleta de dados	29
3.3 Breve caracterização dos indicadores utilizados.	30
4 PREVIDÊNCIA SOCIAL E A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL .	32
4.1 Desigualdade de gênero no mercado de trabalho como fator de desajuste na contribuição previdenciária das mulheres	32
4.2 Acesso aos benefícios da previdência social para homens e mulheres.....	42
4.3 A reforma da previdência social e os possíveis impactos sobre a situação de gênero no trabalho.	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se analisar o processo de organização e reestruturação da previdência social no Brasil como resultado das mudanças históricas verificadas no mercado de trabalho, com ênfase nos impactos sobre o trabalho feminino. Nesse contexto, procura-se compreender como está configurado o mercado de trabalho e a desigualdade por gênero no atual cenário socioeconômico brasileiro e as possíveis consequências após as propostas de mudança nas regras da previdência social no país.

Saboia (2006) destaca que existe uma desigualdade no mercado de trabalho entre homens e mulheres que começa a se evidenciar na sua busca por inserção, passando por diferenciação nos rendimentos e proteção social. Sendo que as causas para essa diferenciação provêm do meio cultural no qual estamos inseridos, onde tradicionalmente as mulheres participam menos ativamente do mercado de trabalho por causa de suas outras jornadas de trabalho na esfera doméstica.

Além da diferenciação nas condições de inserção existente no mercado de trabalho, as mulheres ainda são delegadas a ocupações precárias e de baixo rendimento. Desse modo, os valores que poderiam ser recolhidos na forma de contribuição social, a partir de seus rendimentos para a previdência, também se tornam baixo, implicando assim, em um futuro rendimento também abaixo da média, tendo como consequência a ausência do direito à aposentadoria, maior desemprego e fragilidades quanto a proteção social.

Como consequência do processo de organização sindical iniciado no século XIX nos países de capitalismo industrial desenvolvido, a Previdência Social aparece como o mais relevante dos direitos adquiridos. Esta conquista permite ao trabalhador ter garantida uma fonte de renda, após cumprido o seu tempo de vida útil no trabalho e tendo comprovado não possuir mais o vigor físico e mental necessário para a realização de atividades no mercado de trabalho.

No Brasil, a maior referência dos direitos sociais no trabalho são as políticas surgidas durante o governo de Getúlio Vargas, mancando a expansão da sociedade

industrial no país e as demandas próprias do trabalho urbano assalariado, mas que ainda representa a base dos direitos dos trabalhadores de hoje. Antes disso, houve medidas precursoras como é o caso da criação das Caixas de Aposentadorias Previdenciárias (CAPs) de 1923, através da Lei 4.682 (Lei Elói Chaves), que foram substituídas gradativamente pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), mas sem o mesmo impacto causado pelas medidas que vieram após o surgimento das carteiras de trabalho, o que tornou obrigatório ao trabalhador o acesso ao sistema de previdência (CASTIONI, 2005, p. 7). A definição mais recente de Previdência Social encontra-se na Constituição Federal de 1988, estabelecido como direito social fundamental, conforme presente no art. 6º.

O sistema de direitos trabalhistas estabelecido no Brasil nesse período, como em todo o mundo, em parte, foi resultado da luta dos trabalhadores, sobretudo, dos grupos de trabalhadores masculinos urbanos, coordenados por uma centralização da força coletiva na figura dos sindicatos. Sendo assim, este sistema previdenciário nascente passou a refletir as desigualdades existentes entre as diferentes classes sociais. Entre elas, as que dividem os trabalhadores segundo o sexo.

Mesmo com os avanços nos direitos trabalhistas ao longo do tempo, resultado das lutas dos trabalhadores por condições menos precárias de trabalho, observa-se que a previdência vem sofrendo algumas modificações, principalmente, quando se considera as transformações nas relações de trabalho e no sistema produtivo, o que se intensifica em um contexto de crise econômica. O argumento, nesse caso, é que durante as crises há pressões fiscais decorrentes do déficit existente na previdência que não pode mais ser financiado por aqueles que se encontram ocupados no mercado de trabalho, pois a atividade econômica encontra-se estacionada em baixos níveis de crescimento ou em caráter de recessão. Porém, o que pouco se discute é que esse déficit, em vez de ser causa, possa ser consequência da crise, demonstrando as dificuldades do Estado em manter suas fontes regulares de arrecadação fiscal (DIEESE/ANFIP, 2017).

Um dos pontos em discussão na atual reforma previdenciária brasileira refere-se à equidade dos anos de contribuição entre os sexos. Caso isso ocorra, há o risco de se desconsiderar importantes questões relacionadas à natureza da desigualdade entre os sexos. As mulheres possuem desafios maiores quanto ao alcance do tempo mínimo de contribuição. Além disso, em muitos casos, elas ingressam mais tardiamente no mercado

de trabalho formal porque encontram barreiras na absorção de sua mão de obra, geralmente ligadas a questões históricas e culturais características de uma sociedade escravocrata e machista. Assim, a proposta de reforma da previdência social pode desconsiderar aspectos que marcam as desigualdades entre os sexos no mercado de trabalho, podendo torná-lo ainda mais desigual (DIEESE/ANFIP, 2017).

Alguns autores apontam a previdência como um importante instrumento de política pública que tem como principal característica a proteção de trabalhadores que se encontram afastados do mercado de trabalho por motivos de idade, saúde ou desemprego. Sendo assim, a previdência social atua, também, como importante forma de superação dos desafios de desigualdades de renda na economia a partir da distribuição de renda (MOSTAFA, VALADARES, SOUZA et al, 2017).

A relevância da pesquisa encontra-se em analisar as condições do mercado de trabalho e as desigualdades na inserção entre os sexos, de modo a refletirem na forma de estruturação da previdência social, localizando e contextualizado tais mudanças em um cenário de crise econômica. Os argumentos para a provável reforma da previdência estão montados no fenômeno demográfico de envelhecimento da população, levando ao questionamento sobre a sustentabilidade dos benefícios previdenciários na atualidade e no futuro. Diante de um tema que pode trazer consequências significativas para grande parte da população brasileira, o foco da pesquisa nas implicações sobre as camadas mais sensíveis da sociedade, como a feminina, por exemplo, ganha maior importância e contribui com o desenvolvimento da literatura sobre o referido assunto. Além disso, pode instigar novos estudos para o aprofundamento deste tema.

Partindo da presente discussão, busca-se responder o seguinte problema de pesquisa: Como as propostas de reforma na previdência podem afetar a proteção social dos grupos socialmente e economicamente mais vulneráveis, como é o caso das mulheres?

Em sua construção, o trabalho encontra-se dividido em 5 seções, além desta introdução. Com o objetivo de discutir a problemática anteriormente exposta, no capítulo teórico apresenta-se uma discussão sobre o surgimento e o papel da previdência social no Brasil, mostrando-se o tratamento diferenciado que a legislação admite quanto ao gênero no tocante aos benefícios da previdência social. Além disso, observa-se o acesso da classe

trabalhadora feminina aos benefícios da previdência social. Em seguida, no capítulo metodológico, apresenta-se os principais conceitos utilizados no trabalho, as fontes de dados secundários e a forma de tratamento e análise das informações obtidas. No capítulo quatro, investiga-se como a desigualdade de gênero no mercado de trabalho pode refletir as condições da desigualdade nos benefícios da previdência; e, por último, como uma possível reforma nas regras previdenciárias poderia afetar o acesso aos direitos e acentuar as diferenças entre homens e mulheres no trabalho.

1.1 Objetivos

Objetivo geral:

- Analisar o processo de estruturação da previdência social no Brasil como resultado das transformações no mercado de trabalho numa abordagem de gênero.

Objetivos específicos:

- Verificar as mudanças históricas na previdência social do Brasil e seus efeitos sobre o trabalho feminino;
- Examinar os indicadores do mercado de trabalho por gênero: composição da força de trabalho, instrução, ocupações e rendimentos;
- Analisar o acesso da classe trabalhadora feminina aos benefícios da previdência social;
- Investigar as tendências recentes para a reforma no sistema previdenciário brasileiro e os possíveis impactos sobre o trabalho feminino.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

2.1 Evolução histórica da previdência social como direito fundamental do trabalho

Para uma melhor compreensão dos termos atuais e futuros a respeito da previdência social, faz-se necessária uma análise da evolução histórica do tema. Inicialmente, vale ressaltar que os direitos referentes à previdência social fazem parte do conjunto dos direitos fundamentais sociais, citados no art. 6º da Constituição Federal de 1988, que são os direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, a proteção à maternidade e à infância e à assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

Estes são considerados direitos fundamentais e sociais, pois consistem em condições essenciais para o desenvolvimento social das pessoas, do mesmo modo que fortalece o sentido de nação devendo, assim, ser respeitados e garantidos institucionalmente. Conforme afirma Fábio Konder Comparato:

São os direitos que, consagrados na Constituição, representam as bases éticas do sistema jurídico nacional, ainda que não possam ser reconhecidos, pela consciência jurídica universal, como exigências indispensáveis de preservação da dignidade humana (COMPARATO, 2003, p. 176).

Esses direitos garantidos na Constituição de 1988 remontam da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789¹. O reconhecimento dos direitos sociais, segundo Castro & Lazzari, marca o início da percepção sobre a proteção do ser humano a partir do princípio da Seguridade Social como direito subjetivo a todos.

Do ponto de vista histórico a previdência, como se encontra atualmente, é fruto das disputas políticas entre a classe trabalhadora, composta pela maioria da população, e a classe dominante, a minoria detentora dos meios de produção. Na medida em que os processos de trabalho e as relações sociais de trabalho vão se consolidando no capitalismo, novas regras são estabelecidas como expressão das conquistas dos direitos do trabalho. Karl Marx explica que: “A história de toda sociedade até hoje é a história de lutas de

¹ Documento elaborado durante a Revolução Francesa de 1789, que define os direitos individuais e coletivos dos homens.

classes” (MARX & ENGELS, 1986, p. 81). Diante desse contexto, o Estado moderno surge como um mediador dessas duas forças opostas, buscando garantir um equilíbrio que permita se aproximar da ordem social.

No Brasil, encontramos na Constituição de 1824, o primeiro documento legislativo que apresenta alguma referência à previdência social, tendo como influência o liberalismo do século XVIII, onde a principal característica era a não intervenção do Estado na economia, proteção e tutela dos direitos civis individuais. Nesse período, a estrutura social do país era composta pela elite (senhores de terra e comerciantes), alguns funcionários públicos (classe média) e a maioria formada por trabalhadores em situações precárias de trabalho e em posição de escravidão (BILL, 2007).

De forma tímida, a compreensão sobre a previdência social estava associada ao conceito de “socorros públicos”. Embora de grande valor histórico, era de fraca efetividade, pois faltava exigibilidade no cumprimento da lei. Uma das justificativas para isso era o tratamento que o império destinava a questão, ou seja, como algo de necessidade genérica e como norma assistencial (ROCHA, 2004, p.49).

Em 1888, após a abolição da escravidão no Brasil, surgiram algumas questões que mereciam ser repensadas na sociedade em formação, como: o que fazer com os homens livres? Como manter uma economia de base agrícola sem o trabalho escravo? De outro lado, os negros se encontravam desprotegidos, necessitados dos bens de sobrevivência, tendo sua força de trabalho como única mercadoria, submetendo-se a condições de trabalho precárias e salários baixos (FALEIROS, 2000, p. 141). No mesmo ano, foi criado o Decreto n. 9.912-A, que regulamentava o direito a aposentadoria dos empregados dos correios, marcando o início da efetivação da previdência social no Brasil. No referido decreto constava que o direito a aposentadoria destes empregados estava condicionado a 30 anos de serviços prestados na instituição, respeitando a idade mínima de 60 anos (VIANNA, 2008, p. 34).

Nesse mesmo período, a chegada dos imigrantes europeus trouxe conceitos novos relacionados às organizações sindicais e às lutas proletárias para a sociedade brasileira, o que foi suficiente para iniciar movimentos sociais que iam contra as práticas de exploração que estavam historicamente implantadas nas lavouras que utilizavam trabalho escravo.

Com isso, ocorreram algumas greves gerais, vistas pelos governantes como movimentos de desordem contra o Estado, como nos mostra Faleiros:

O núcleo principal do movimento operário, nessa época, fundamentava-se ao anarquismo, com as “uniões de resistência”, dirigidas pelos imigrantes europeus. Depois de cada greve, o governo procurava os responsáveis (os cabeças) e quase sempre os expulsava do país. Só o movimento anarquista era o mais importante (FALEIROS, 2000, p. 146).

De acordo com Fábio Zambitte, a partir da Constituição de 1891, que tinha suas bases no modelo federalista, surgiram dois importantes instrumentos constitucionais para a regulamentação da previdência social, representados pelos artigos 5º e 75º. No primeiro, a União passou a ser obrigada a prestar socorro aos estados em calamidade pública, caso estes pedissem ajuda. No segundo, foi contemplada a aposentadoria por invalidez para funcionários públicos. E, quanto a isso, não era necessária prévia contribuição por parte do trabalhador e o custo seria arcado inteiramente pela União, conforme destaca Ibrahim: “A Constituição de 1891 foi a primeira a conter a expressão ‘aposentadoria’, a qual era concedida proteção” ao trabalhador (IBRAHIM, 2013, p. 54).

Posteriormente, com o Decreto n. 4.682/1923, também conhecido como Lei Elói Chaves, houve um novo impulso no desenvolvimento da previdência social no Brasil com a criação das caixas de aposentadoria e pensão dos ferroviários que, posteriormente, levou a criação de outras caixas de aposentadorias e pensões para diversas classes de trabalhadores.

A constituição de 1934 trouxe um grande avanço ao tratar de forma específica a questão do Direito do Trabalho, tendo como inspiração a Constituição de Weimar². Foram reconhecidos direitos trabalhistas como: salário mínimo, jornada de oito horas de trabalho, liberdade sindical, proteção do trabalho das mulheres, repouso semanal e férias remuneradas (NASCIMENTO, 1998). A partir da Constituição de 1934 foi possível o financiamento tripartite da previdência social da forma como conhecemos hoje. Com esse

²Conforme foi ressaltado por Sarmiento (2006), a constituição de Weimar (1919) instituiu a Primeira República alemã. Foi resultado da derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, que buscava reconstruir suas instituições, através da melhoria das condições de vida, principalmente da classe trabalhadora. Fala-se em direito à saúde, à moradia, à alimentação, à educação e à previdência.

modelo, o trabalhador, a União e o empregador passaram a ser responsáveis por tal financiamento. Segundo Bill,

Foi através da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1934, que ocorreu a constitucionalização dos direitos sociais em nosso país. Fruto da Revolução de 1930, que pretendeu romper com o Estado liberal-oligárquico da República Velha (BILL, 2007, p. 34).

A Constituição de 1937 não apresentou grandes avanços, pois a única mudança mais significativa foi a utilização da expressão “seguro social” utilizada como sinônimo de Previdência Social. Conforme Castro e Lazzari (2009, p. 64): “A Constituição de 1937 não trouxe inovações nesse sentido, apenas tendo por particularidade a utilização da expressão “seguro social.”

Precedendo a Constituição de 1946, o Decreto n. 8.742 estabelecia a criação do Departamento Nacional de Previdência Social. Nesse período, também foi promulgada a Lei Orgânica da Previdência Social - LOPS, que estabeleceu um único plano de benefícios, dando fim a desigualdade de tratamento perante os segurados das entidades previdenciárias, além de seus dependentes (CASTRO e LAZZARI, 2009, p. 66).

Com a edição da Lei Complementar n.11/71, houve a inclusão dos trabalhadores rurais na seguridade da Previdência Social, dando origem ao Programa de Assistência do Trabalhador Rural (PRORURAL), tendo como principal objetivo a aposentadoria por velhice, concedida depois dos 65 anos de idade (IBRAHIM, 2013, p. 70). Foi dessa forma que surgiu a criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador rural (FUNRURAL). Como nos mostra Castro e Lazzari (2009, p. 66): “Os trabalhadores rurais passaram a ser segurados da Previdência Social a partir da edição da Lei Complementar n. 11/71 (criação do FUNRURAL).”

A última Constituição, a de 1988, permitiu o estabelecimento do chamado sistema de Seguridade Social que, a partir da criação de contribuições sociais, fornece ao Estado brasileiro recursos para a sua atuação nas áreas de saúde, assistência social e previdência social. Houve muitas outras transformações ao longo do tempo que, aos poucos, permitiu a regulamentação da previdência social até a atualidade. Contudo, aqui estão contidas apenas as principais modificações, o que será abordado na seção 2.2.

Vale ressaltar que a expansão do processo de industrialização no país provocou a necessidade de uma legislação que proporcionasse a proteção social do trabalho ao operário, devido a forma extensiva da produção industrial vigente e as desigualdades ocorridas no processo de trabalho, o que vinha se refletir em conflitos nas relações sociais de trabalho (ARRUDA, 1988, p. 33). Com a revolução industrial observou-se a transformação conceitual da categoria “trabalho” para a concepção de “emprego”, tendo em vista a consolidação da sociedade “salarial”, em que os trabalhadores passaram a trocar sua força de trabalho por salários. O desenvolvimento da sociedade industrial, período caracterizado pela substituição da força humana de trabalho pela máquina, provocando o desemprego agrícola e artesanal, e acarretando numa desarticulação urbana e social, foi o que deu sentido ao surgimento do Direito do Trabalho. O processo de industrialização contribuiu para intensificar a exploração do trabalhador, que tinha como único meio de sobrevivência a venda da sua força de trabalho. Nesse contexto, se consolidou a divisão de classes no capitalismo urbano industrial: o proletariado detentor da força de trabalho, e o capitalista detentor dos meios de produção (NASCIMENTO, 1998). No Brasil, a sociedade urbana industrial se forma mais tardiamente já no século XX e exige a reorganização institucional para atender as demandas próprias das relações sociais de trabalho, baseadas no trabalho pago e nos direitos que surgem do trabalho.

Formalmente, o conjunto dos direitos universais resulta da necessidade social de reduzir as históricas desigualdades, principalmente no âmbito econômico, entre as classes operárias e capitalistas. Contudo, também resultam do embate nas relações de força entre as classes sociais, vistos como direitos de defesa, já que surgem devido a uma desigualdade existente (SARLET, 2008, p. 55).

Segundo Carvalho (2001, p. 10), outro importante questionamento sobre os direitos sociais encontra-se no fato de que a garantia de sua vigência depende do poder executivo. Caso este não seja eficiente no que diz respeito à administração dos recursos públicos e na oferta de serviços e proteção social adequadas, a sociedade poderá regredir nas conquistas já alcançadas.

Dessa forma, é possível perceber que as principais conquistas sociais no tocante aos direitos trabalhistas no Brasil, surgiram de um cenário marcado pela passagem da base produtiva agrícola para a industrial, que teve como consequências a maior vulnerabilidade às crises econômicas, o aumento da desigualdade e situações precárias de trabalho,

fazendo-se necessárias mudanças constitucionais e institucionais necessárias à regulação dos diferentes interesses de classe no capitalismo, para permitir a manutenção do progresso econômico.

2.2 Princípios da seguridade social e da Previdência social no Brasil

O progresso mais recente em torno da Seguridade Social foi resultado das conquistas alcançadas, especialmente, pelos movimentos sociais atuantes no processo de redemocratização no Brasil, nos anos de 1980, que resultaram na consolidação e garantia de direitos respaldados na Constituição de 1988. Com o objetivo de fornecer proteção social para a população brasileira, a Seguridade Social está fundamentada em três políticas: saúde, assistência e previdência social (FREITAS et al., 2010).

Como princípio da previdência social existe um conjunto de regras primárias que servem de base às regras auxiliares e que devem ser anexadas para definir os princípios e a garantia do direito previdenciário ao longo do tempo. Para Martinez (2001, p.72), “são as diretrizes fundamentais e básicas, norteadoras da criação e da aplicação do Direito Previdenciário, auxiliares na feitura, integração e interpretação”.

Dias e Macêdo (2008) corroboram essa visão afirmando que os princípios da seguridade social constituem-se em um conjunto de regras que servem de alicerce e sustentam o desenvolvimento das demais normas complementares ao seu funcionamento, dando sentido e identidade às mesmas.

Esses princípios estão presentes no art. 194 da Constituição Federal de 1988, de modo a estabelecer os objetivos centrais da seguridade social, conforme segue abaixo:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.”

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento (BRASIL, 1988).

São esses princípios da seguridade social que norteiam as ações da previdência social no Brasil uma vez que, para o direito, a seguridade social é o gênero, e, a previdência social é a espécie. De forma análoga, isso pode ser compreendido como a seguridade social sendo o todo e a previdência social apenas uma parte desse todo. E, como parte, seus objetivos precisam estar de acordo com o todo da qual ela faz parte.

No art. 201 da Constituição Federal, que trata da organização da previdência social, encontra-se, de forma mais concreta, essa relação entre o gênero e a espécie, anteriormente tratada, se comparado com o que foi exposto do art. 194 sobre a previdência social. Neste, a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

- I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
- II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;
- III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
- IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
- V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º (BRASIL, 1988).

Dessa forma, não há como distanciar as ações da previdência com as da seguridade social. Há uma natural convergência que é assegurada constitucionalmente, onde não preservar o princípio de uma é infringir o princípio da outra.

Quanto à inclusão dos direitos trabalhistas, no tocante ao gênero na legislação brasileira, a constituição de 1934 apresentava a proibição de diferenças salariais para um mesmo trabalho por motivo de sexo. Assegurava também a assistência médica e sanitária à gestante e descanso antes e depois do parto sem prejuízo do salário e do emprego (BRASIL, 1934).

Mesmo com o avanço da seguridade social no Brasil, ainda existem obstáculos que impossibilitam as classes mais vulneráveis terem acesso ao benefício da aposentadoria, como por exemplo, a concessão da aposentadoria por idade. Neste caso, além da idade, é observado o tempo mínimo de carência de contribuição do indivíduo. De

acordo com Ibrahim (2013 p. 558): “Período de carência é o número de contribuições mensais mínimas que o segurado deve efetivar para ter direito a benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências.”

No artigo 48 da Lei 8.213/91, menciona-se que “A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta Lei, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher”. Tal carência refere-se à 180 (cento e oitenta) contribuições mensais, equivalentes a 15 anos de contribuição.

No Brasil boa parte das mulheres deixa o mercado de trabalho para se dedicarem aos afazeres domésticos, educação dos filhos, cuidado dos parentes enfermos e idosos. Além disso, outras mulheres estão inseridas no mercado de trabalho na informalidade, com baixos salários. Tal situação pode ter como consequência à impossibilidade dessas trabalhadoras contribuírem com a previdência, sendo privadas da aposentadoria por não puder contribuir com a previdência social a partir da natureza do seu trabalho realizado (FREITAS et al., 2010).

Um segmento produtivo que traz essa problemática diz respeito ao trabalho doméstico no Brasil, conhecido como uma atividade que emprega um número significativo da força de trabalho no emprego informal, sendo a maioria mulheres. Segundo dados da OIT (2016), o Brasil tinha 6.158 milhões de trabalhadores domésticos, dos quais 92% eram mulheres. Destes, apenas 42% contribuem para a previdência social e só 32% possuem carteira de trabalho assinada (GOIS, 2017).

No Brasil o primeiro documento legislativo que apresenta alguma referência aos direitos dos trabalhadores domésticos foi apresentado em 1972, com a lei nº 5.859, onde se faz referência a regulamentação do trabalho doméstico. No Art. 4º da referida lei, os trabalhadores foram incluídos entre os segurados da previdência social. Conforme o texto: “Aos empregados domésticos são assegurados os benefícios e serviços da Lei Orgânica da Previdência Social na qualidade de segurados obrigatórios” (BRASIL, 1972 *apud* GOIS, 2017).

A Constituição de 1988 trouxe avanços significativos para a categoria das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos, assegurando novos direitos, entre os quais

estavam o direito ao salário mínimo, à irredutibilidade salarial, o 13º salário, o repouso semanal remunerado, as férias remuneradas com pelo menos 1/3 do salário normal, à licença maternidade compreendendo cento e vinte dias, à licença paternidade, o aviso prévio e à aposentadoria (BRASIL, 1988 *apud* GOIS, 2017).

Em 2001, com a lei nº 10.208, novas conquistas foram registradas no âmbito do trabalho doméstico, sendo ampliados seus direitos com a contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o seguro desemprego, porém com caráter facultativo por parte do patrão. Como era voluntária, a maior parte dos empregadores preferia optar pela não contribuição (GOIS, 2017).

Antes da Constituição de 1888, em especial, a legislação brasileira não promovia a igualdade entre o trabalho doméstico e as demais ocupações, o que contribuía para uma maior desigualdade entre os diferentes segmentos produtivos. A equiparação dos direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais ocorreu com a emenda Constitucional nº 72/13, que promoveu uma alteração no art. 7º da Constituição Federal de 1988 (GOIS, 2017).

2.3 Trabalho e desigualdade de gênero no Brasil

Nos últimos vinte anos os estudos que abordam a temática das mulheres no mercado de trabalho aumentaram consideravelmente em diversos campos, como na Sociologia, na Ciência Política, na História social, na Antropologia, entre outras áreas. A luta das mulheres por melhores condições de trabalho vem ganhando ênfase, chamando atenção de diversos pesquisadores, o que aumenta o número de estudos desenvolvidos nessa área (SOUZA, 1991).

Na segunda metade do século XX, ocorreram importantes mudanças demográficas, culturais e sociais no Brasil, que resultaram na estrutura do trabalho feminino atual. Pode-se destacar, entre outros fatores, a queda da taxa de fecundidade, com evidência nas regiões mais desenvolvidas, atingindo 1,72 filhos por mulher em 2015; a maior expectativa de vida para as mulheres, com 79,1 anos, enquanto os homens registraram 71,9 anos; e, o aumento do nível de escolaridade, destacando-se mais as mulheres com ensino superior ou que procuram alcançar esse nível de instrução (IBGE, 2016, p. 20-22).

Esse aumento significativo do nível de escolaridade feminino e o maior ingresso nas universidades ampliaram suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, tendo um reflexo importante nas lutas por inclusão das mulheres no mercado de trabalho. A mulher deixou de ser apenas dona de casa, mãe e esposa e começou a buscar sua inserção no mercado de trabalho, participando de modo significativo na composição da força de trabalho brasileira (BILL, 2007).

Mesmo depois de tantas conquistas alcançadas ao longo dos anos, ainda existe uma grande discriminação que influencia a desigualdade de gênero nas ocupações produtivas, nas condições de trabalho e na diferença de salários entre homens e mulheres. Em um país onde a exclusão social é presente, ocorre maior marginalização dos indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade, como é o caso das mulheres, de modo a dificultar a aquisição dos bens necessários para sua sobrevivência.

Ramos (2007), explica as desigualdades de renda partindo da hipótese das imperfeições do mercado de trabalho, onde o valor dos salários, que é o preço pago pelo produto do trabalho, não é determinado apenas pelas variações das funções do indivíduo, ou pela localidade (região, país) em que este se encontra. Ele aponta outra questão de ordem subjetiva que também pode determinar o salário, como o preconceito e a discriminação, que contribuem com a reprodução das desigualdades de gênero no trabalho e as diferenças salariais no Brasil. A discriminação, tanto racial quanto de gênero, é um fator presente desde o período da escravidão, tendo em vista que os negros tinham sua força de trabalho explorada e os únicos trabalhos atribuídos às mulheres eram aqueles referentes aos serviços domésticos.

Considerando as contribuições de Marques et al. (2005), destaca-se que a incorporação da mulher no mercado de trabalho, no Brasil, embora seja admitida como uma conquista, ocorreu mais por uma necessidade de mão de obra por parte do sistema de produção do que pelo resultado da luta pela garantia de direitos. Por isso, a discriminação ainda se mantém como elemento da desigualdade nas condições de trabalho entre homens e mulheres. Não houve, dessa forma, uma ruptura com a forma laboral que já estava enraizada, o que faz com que as mulheres ainda sintam as consequências da desigualdade no trabalho que ocorrem de diferentes formas, e se manifestam da discriminação à ausência de direitos.

Segundo a percepção de Abramo (2006), as desigualdades de gênero e raça são aspectos que fazem parte do eixo estruturante da matriz da desigualdade social no Brasil que, por sua vez, está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social.

A divisão do trabalho é um assunto bastante extenso, tendo suas raízes dentro dos lares e não apenas na esfera do mercado de trabalho. Segundo Marx e Engels (1977), “a primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”.

A divisão sexual do trabalho desempenha um grande papel na distribuição de oportunidades. No que diz respeito à oferta de trabalho, existe uma discriminação nas funções oferecidas para o sexo masculino, geralmente cargos com maior nível de tecnologia, ou que exerçam algum poder. Em contrapartida, o oferecido às mulheres ainda se concentram em tarefas rotineiras, que exigem pouca qualificação, salários menores e condições precárias (HIRATA, 2002).

O trabalho na sociedade ainda é dividido majoritariamente pelas características biológicas. Algumas qualidades são vistas como exclusividade feminina, como: atenção, paciência, cuidado e habilidades com as mãos, fazendo com que desde a infância sejam preparadas para tarefas que exijam estas qualidades, a exemplo do trabalho doméstico e prestação de serviços nas áreas da educação e saúde. Por serem atividades menos valorizadas para a sociedade, têm como consequência menores salários em relação aos dos homens (HIRATA, 2002).

Segundo pesquisa realizada pelo IBGE (2015), no Brasil mais da metade dos lares são chefiados por homens, representando 60,16%. Por outro lado, se cerca de 40% dos lares são chefiados e sustentados por mulheres, não há sentido que as condições de trabalho entre homens e mulheres continuem reproduzindo a desigualdade salarial. Sua força produtiva produz riqueza e precisa ser reconhecida em iguais condições com o trabalho masculino. Dessa forma, podemos perceber que a divisão sexual do trabalho não é encontrada apenas no mercado de trabalho, mas toma proporções culturais e sociais.

O que acontece no mercado de trabalho é puramente um reflexo dessa realidade socialmente excludente. Combater esses problemas é dar condições à população de poder alcançar a ascensão social por uma forma justa de trabalho, em decorrência de instrução escolar fundamental e de formação profissional adequadas e com um sistema de proteção social que garanta condições de trabalho decentes, deixando as pessoas menos suscetíveis ao trabalho informal. Estas condições estão diretamente relacionadas com a seguridade social e o seu compromisso de proteção para a população por meio da previdência social, uma vez que, afetando a inserção no mercado de trabalho, a forma como a população poderá usufruir dos direitos sociais do trabalho também influenciará na previdência futura e na sua sustentabilidade.

3 METODOLOGIA

A realização deste trabalho visa analisar o desenvolvimento da previdência social no Brasil e sua relação com as mudanças no mercado de trabalho, com destaque para as diferenças por gênero.

Quanto aos seus fins, esta é uma pesquisa descritiva, pois busca identificar como o processo de formação da previdência social contemplou o trabalho feminino no Brasil, além das possíveis consequências das reformas propostas sobre os direitos previdenciários das mulheres.

Quanto aos meios, a pesquisa tem caráter bibliográfico, pois tem como referencial teórico o contexto histórico da previdência social encontrado nos manuais de Direito Constitucional e de Direito Previdenciário, complementados por artigos, dissertações, monografias que também auxiliaram no estudo das condições do trabalho feminino e nas questões de gênero.

O recorte temporal do trabalho para a discussão histórica sobre a previdência social no Brasil contempla a fase de promulgação da Constituição de 1924 até a Constituição de 1988, tendo em vista que os direitos sociais fundamentais e de assistência social encontram-se garantidos nestes documentos ao longo do tempo. Quanto à discussão teórica sobre trabalho e previdência, destaca-se a fase mais recente de 1990 até a atualidade. Para contextualizar as condições do mercado de trabalho, foram utilizados dados secundários que serviram como ferramenta para facilitar a análise dos indicadores de emprego. Sobre a previdência social no Brasil, os dados oficiais disponibilizam informações mais completas somente entre 2009 e 2016, o que também justifica a delimitação da investigação.

3.1 Justificativa e especificação do problema de pesquisa

Diante de um cenário de crises e incertezas sobre o mercado de trabalho e suas leis, muitas são as discussões políticas e acadêmicas. Diante disso, faz-se necessário um estudo mais aprofundado do tema, a fim de atualizar as informações sobre a previdência social e contribuir com a literatura nacional com uma abordagem social e econômica, tendo em vista que o tema estudado afeta grande parte da população.

Alguns autores apontam a previdência como um importante instrumento de política pública que tem como principal característica a proteção de trabalhadores que se encontram afastados do mercado de trabalho por motivos de idade, saúde ou desemprego. Sendo assim, a previdência social também pode atuar como importante mecanismo institucional que garante os direitos do trabalho e considera o processo de desigualdades presente em diferentes atividades econômicas, assegurando o direito que o cidadão adquire na sua vida como trabalhador produtivo.

Porém, em períodos de crises, tendo como justificativa o déficit nas contas públicas, esse benefício pode sofrer reestruturações e afetar os segmentos mais vulneráveis da população. Tendo em vista que o Brasil se encontra nesse cenário, faz-se relevante estudar os impactos das propostas apresentadas como forma de superação da crise e se estas trazem algum benefício para a população, em particular, os mais desassistidos pelos direitos do trabalho, visto que estes são ainda mais dependentes dos recursos garantidos pela previdência social.

3.2 Pesquisa bibliográfica e coleta de dados

Na pesquisa bibliografia, foram utilizados livros e artigos científicos buscando revisar a literatura, de modo a observar o que tem sido produzido e os principais debates acerca do tema. A mesma também serviu de base para o referencial teórico do trabalho, contribuindo para uma atualização do tema.

No que diz respeito aos dados secundários utilizados no trabalho, foram realizados levantamentos de indicadores relacionados ao mercado de trabalho, como nível de emprego, tipos de ocupações, rendimentos e contribuição para a previdência social por gênero. Espera-se que essas informações possam servir como instrumento positivo para facilitar a construção e o aperfeiçoamento das políticas públicas e para uma melhor compreensão do cenário atual referente às desigualdades de gênero no âmbito do trabalho.

Um dos aspectos mais relevantes nesse estudo é analisar os condicionantes da reforma da previdência social proposta pela PEC nº 287/2016, de modo a destacar os argumentos que a justificam e os seus prováveis impactos na desigualdade de gênero e no mercado de trabalho feminino.

O tema abordado neste trabalho é bastante discutido pelo fato de afetar diretamente parte significativa da população, porém ainda existe um número elevado de pessoas que desconhecem ou não tiveram acesso às propostas da reforma da previdência e os seus possíveis impactos. Nesse sentido, espera-se que esse trabalho contribua com a literatura e, principalmente, no esclarecimento dos direitos sociais do trabalho para os cidadãos, atualizando o tema e abordando as principais reformas e justificativas propostas pela PEC n° 287/2016 e seus impactos.

Para auxiliar no estudo do cenário atual do mercado de trabalho no Brasil e como este evoluiu no período de 2000 a 2016, foram utilizados dados secundários obtidos a partir do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e do Anuário Estatístico da Previdência Social.

3.3 Breve caracterização dos indicadores utilizados

Esse tópico vai apresentar as principais definições das variáveis que serão utilizadas neste trabalho, metodologicamente desenvolvidas pelo IBGE (2017) para compreender a composição do mercado de trabalho.

a) População Economicamente Ativa (PEA) – “é composta pela população de 10 a 65 anos de idade (ocupada e desocupada) no período de referência da pesquisa”. Este conceito é utilizado, especialmente, na metodologia dos Censos Demográficos do IBGE.

b) Rendimento mensal – “soma do rendimento mensal de trabalho com o rendimento proveniente de outras fontes.”

c) Contribuição para a previdência social – “é o valor que serve de base de incidência das alíquotas das contribuições previdenciárias, ou seja, é a parte do rendimento da pessoa destinada a previdência para prover alguma subsistência na incapacidade de trabalhar”.

d) Taxa de escolarização – “percentagem dos estudantes de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário”.

e) Gênero – “compreende as estatísticas sobre a forma como a sociedade cria os diferentes papéis sociais e comportamentos relacionados aos homens e às mulheres.”

f) Força de trabalho – “é definida como o conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade (ocupada e desocupada), que possuam a capacidade de ser empregado”. O conceito de força de trabalho é utilizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua para caracterizar a condição das pessoas no mercado de trabalho.

4 PREVIDÊNCIA SOCIAL E DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL

4.1 Desigualdade de gênero no mercado de trabalho como fator de desajuste na contribuição previdenciária das mulheres

Na seção 2.3 deste trabalho, foram abordados alguns fatores que ainda representam entrave na inserção da mulher no mercado de trabalho. Entre estes fatores, encontra-se o contexto histórico que influenciou no processo de inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil, o que ocorreu mais por necessidade econômica do que pelo avanço político na luta pela igualdade de gênero. Também destaca-se a desigualdade de gênero e raça ainda presente e a divisão sexual do trabalho marcando a presença das mulheres em atividades consideradas femininas, elementos que terminam por caracterizar as condições das mulheres no mercado de trabalho na sociedade contemporânea.

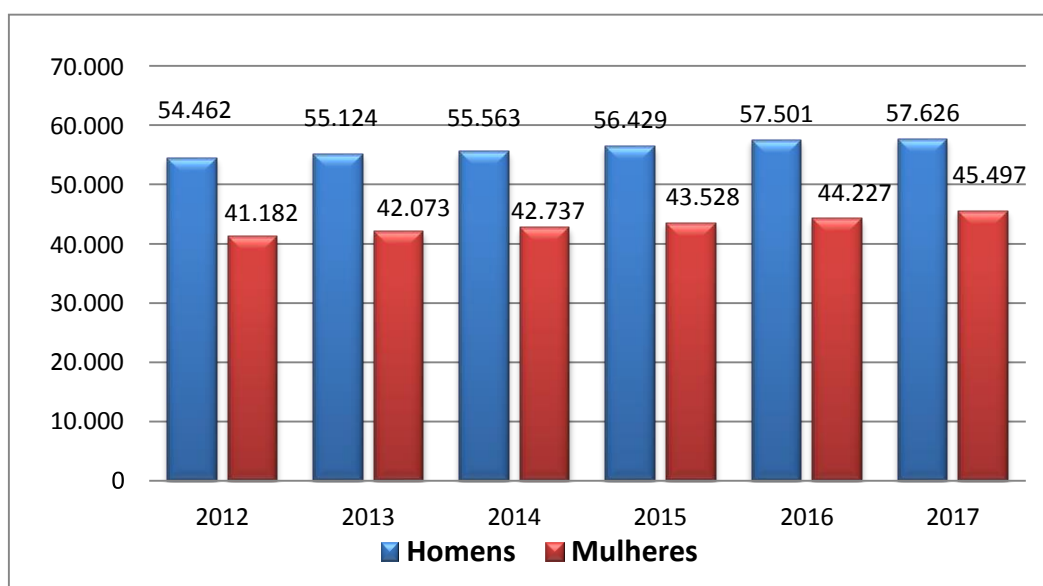
A desigualdade nas condições de trabalho por sexo no mercado de trabalho acarreta dificuldade maior no acesso das classes mais vulneráveis aos benefícios da previdência social, visto que, pessoas desempregadas ou em condições precárias de trabalho tendem a não contribuir adequadamente com a previdência social, sendo futuramente impossibilitadas de receberem algum benefício.

Partindo desse aspecto, iremos analisar as condições do mercado de trabalho brasileiro, referentes às formas de inserção no trabalho das pessoas que fazem parte da força de trabalho, por instrução, por sexo e por ocupação. Destaca-se, também, as condições dessa população, do ponto de vista dos rendimentos recebidos pelo trabalho principal, em ocupações formais ou informais, por sexo, por ocupação e por atividade econômica. Este estudo utiliza como instrumento os dados do IBGE, CAGED, RAIS, PNAD e do Ministério do Trabalho e Emprego.

Considerando o período entre 2012 e 2017, a população presente na força de trabalho no Brasil, apresentou uma taxa lenta de crescimento nos últimos anos. Grande parte da força de trabalho no Brasil é composta por homens, porém esse quadro vem sofrendo modificações. Conforme o Gráfico 1, utilizando-se dos dados da PNAD Contínua, pode-se observar um aumento na participação feminina, passando de 41.182 milhões para 45.497 milhões, porém este segmento ainda continua representando uma

participação menor em relação aos homens que é de 57. 626 milhões de pessoas. A taxa de crescimento da força de trabalho de 2017 em relação a 2012 foi de 7,81%, em termos percentuais as mulheres representavam 43,05% da força de trabalho no ano de 2012. Com esse crescimento da população na força de trabalho as mulheres passaram a representar 44,11%, o que mostra que houve maior participação, porém com taxa menor que a dos homens. Outra preocupação é que muitas delas estão em busca de trabalhos para sustento da família e ocupam-se em trabalhos com baixas remunerações, trabalhos domésticos ou trabalhos informais, o que veremos mais à frente.

Gráfico1: Brasil - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho de 2012 a 2017 (Mil pessoas)



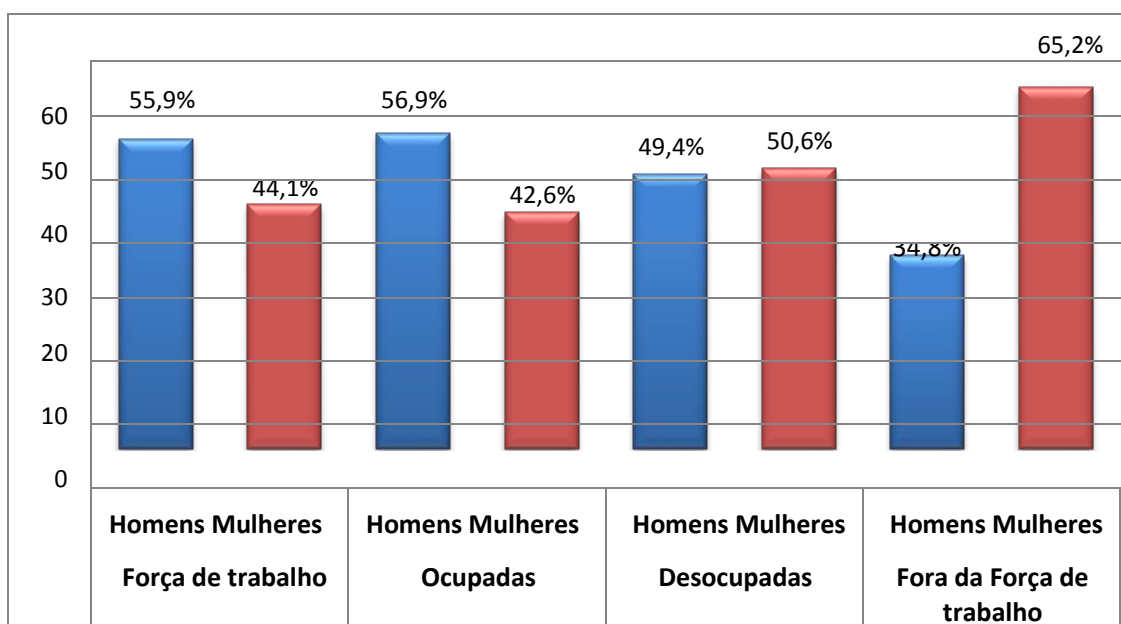
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. Elaborado pelo autor, 2018.

Considerando o período anterior e outra base metodológica, a maior taxa de crescimento foi verificada no Censo Demográfico³ de 2000 a 2010 para as mulheres (97,3%), representando 51% da População Economicamente Ativa, enquanto os homens representavam 49%, indicando o aumento significativo da participação das mulheres no mercado de trabalho nessa fase (IBGE, 2011).

³ Na metodologia dos Censos Demográficos, utiliza-se o conceito de População Economicamente Ativa – PEA e a população em idade de trabalhar é a partir de 10 anos. Na PNAD Contínua Trimestral, utiliza-se o conceito de força de trabalho e a população em idade de trabalhar é a partir de 15 anos.

O Gráfico 2 apresenta, de forma mais ampla, a posição da população no que diz respeito ao mercado de trabalho, com base na PNAD Contínua. Podemos ver que o percentual das mulheres que se encontravam desocupadas (50,6%) e fora da força de trabalho (65,2%) era superior ao dos homens. Ademais, a taxa de ocupação das mulheres era 14 pontos percentuais menor que a dos homens e o número de mulheres desocupadas era mais de 1 ponto percentual na comparação com a taxa de desocupação dos homens em 2017. Em cenários de crises, os desempregados, de modo geral, estão concentrados nas camadas sociais mais vulneráveis do país. Entre estes, se encontram as mulheres. Esse fator pode ter implicações no baixo nível de renda da população.

Gráfico 2: Brasil - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas e fora da força de trabalho, por sexo - 2017 (%)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaborado pelo autor, 2018.

No período de 2012 a 2014, o Brasil apresentou um crescimento no estoque de empregos, para ambos os sexos, passando de 47.458.471 para 49.571.510 milhões, o que representa taxa de crescimento de 40%, indicando que houve aumento na oferta de emprego. Do estoque de empregos em 2014, observou-se que foram gerados mais empregos para os homens, com 56,75% das vagas oferecidas. Do número total de ocupações, o Nordeste representava uma participação de 18,42% em 2014, sendo 57,25% para homens (CAGED, 2016).

Segundo os dados do CAGED (2016), em 2015, o Brasil registrou cerca de 1,5 milhão de vagas de emprego formal a menos. O emprego com carteira assinada recuou 3,6%. Como resultado, 1.318 milhão de pessoas deixou de ter carteira assinada em um ano, representando a maior queda desde o início da pesquisa, no primeiro trimestre de 2012.

Todas as regiões do país foram afetadas pela redução de empregos formais. Conforme a Tabela 1, a região Centro-Oeste foi a que menos perdeu vagas, o que pode ser atribuído ao fato dessa economia ser fortemente influenciada pela agroindústria, que é um setor menos afetado durante a crise. O Sudeste, pelo fato de ser a região com maior índice de geração de empregos, em momentos de crise perde mais vagas que outras regiões. No caso do Nordeste, por ser uma região com mais fragilidades na economia, apresentando um histórico de baixa de renda, perdeu bastante emprego nesses períodos.

Com a redução no número de ocupações produtivas, causada pela crise, o estoque de emprego teve uma redução de 49.571.510 no ano de 2014 para 46.060.198 milhões em 2016. Analisando a quantidade do estoque por gênero em 2016, a quantidade de empregos masculinos era 25.797.585, enquanto o estoque feminino chegou a 20.262.613 milhões, cerca de 44% do total dos empregos formais para as mulheres.

Segundo o IBGE (2016), a queda no emprego com carteira de trabalho assinada trouxe como consequência o crescimento da população em busca de oportunidades nos serviços domésticos no ano de 2015, registrando mais de 34 mil pessoas neste segmento. A maior procura por emprego doméstico ocasionou uma redução no rendimento médio desse setor, passando de R\$ 784 para R\$ 777. Tal fator representa um retrocesso nos avanços alcançados nos direitos trabalhistas e na renda média dos trabalhadores, que com o aumento do nível de escolaridade estavam se inserindo em setores mais qualificados, favorecidos pelo ciclo de crescimento da economia na década de 2000. Neste cenário, as mulheres são mais afetadas, visto que a maior parte dessa população que busca oportunidades no trabalho doméstico são mulheres, sendo estas as que mais perdem empregos.

Tabela1: Brasil – Número de empregos formais por área geográfica e gênero de 2012 a 2016 (nº pessoas)

Ano	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
2012	1.526.123	1.096.062	5.004.007	3.609.549	13.868.451	10.231.357	4.490.774	3.638.924	2.412.825	1.580.640
2013	1.590.748	1.152.500	5.162.017	3.764.693	14.072.713	10.550.288	4.632.594	3.782.708	2.545.559	1.694.613
2014	1.618.012	1.183.457	5.228.804	3.904.059	14.050.900	10.741.564	4.674.069	3.876.177	2.561.865	1.732.603
2015	1.549.934	1.174.650	5.040.670	3.858.609	13.456.978	10.435.210	4.536.382	3.796.663	2.477.731	1.733.980
2016	1.455.188	1.123.847	4.744.216	3.691.987	12.784.495	10.066.680	4.386.971	3.704.940	2.426.715	1.675.159

Fonte: MTE. Anuário RAIS. 2018.

A análise do mercado de trabalho no Brasil, segundo o gênero e a atividade principal no trabalho, apresentada na Tabela 2, apontou que o setor de serviços é o que mais concentra a população trabalhadora, tanto para homens quanto para mulheres. Apesar de predominar a presença masculina no mercado de trabalho, destaca-se o segmento da administração pública, com maior participação do trabalho feminino, registrando-se forte participação nos setores de serviços e comércio. Já as atividades como indústria de transformação, construção, extrativa mineral e agropecuária, sinalizaram maior concentração do trabalho masculino.

O setor de serviços é o que representa a maior participação nas ocupações produtivas no mercado de trabalho brasileiro, com um percentual de 36,27%, seguido do setor de comércio, com 20,11%, e do setor da administração pública que representa 19,16%. A indústria de transformação tem participação no emprego de 15,51%. No caso da indústria extrativa mineral (0,48%), os serviços industriais de utilidade pública (0,93%), a agropecuária (3,2%) e a construção civil (4,1%), são os setores com menor participação na geração de emprego na economia.

Outro destaque é a queda nos empregos formais no ano de 2015. A crise econômica afetou todos os setores, como pode ser visto na Tabela 2. Mas, foi o setor de serviços o mais afetado com a crise, apresentando uma queda de 442.460 mil empregos. O setor da construção civil apresentou 437.260 mil empregos a menos, sendo um número elevado em relação a sua participação na economia.

Tabela2: Brasil – Número de empregos formais por setor de atividade econômica, segundo sexo em 2015 e 2016 (nº pessoas)

Setor de Atividade Econômica	2015			2016		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Extrativa Mineral	212.004	28.484	240.488	195.275	26.056	221.331
Indústria de Transformação	5.155.785	2.411.115	7.566.900	4.879.819	2.268.194	7.148.013
Serviços Industriais de Utilidade Pública	361.939	85.446	447.385	348.261	81.174	429.435
Construção Civil	2.196.033	226.631	2.422.664	1.788.702	196.702	1.985.404
Comércio	5.327.731	4.204.891	9.532.622	5.200.866	4.064.038	9.264.904
Serviços	8.800.504	8.350.808	17.151.312	8.540.315	8.168.537	16.708.852
Administ. Pública	3.766.830	5.432.045	9.198.875	3.616.526	5.209.514	8.826.040
Agropec., extração vegetal, caça e pesca	1.240.869	259.692	1.500.561	1.227.821	248.398	1.476.219
Total	27.061.695	20.999.112	48.060.807	25.797.585	20.262.613	46.060.198

Fonte: MTE. Anuário RAIS. 2018.

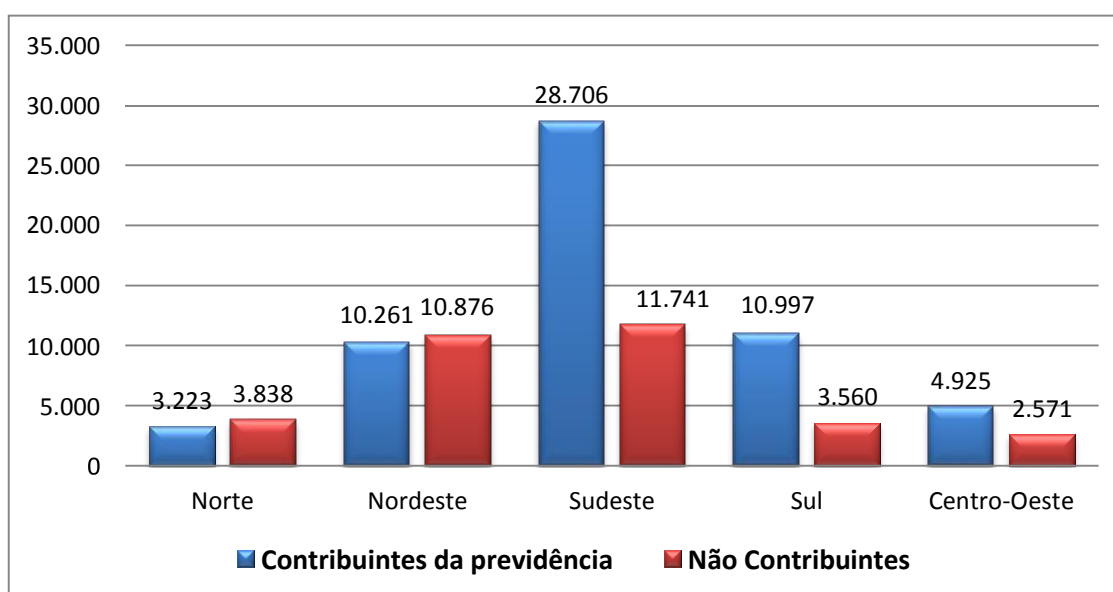
A região Sudeste é a que apresenta o maior número de empregos formais oferecidos no país, destacando-se também na maior participação de contribuintes da previdência social, representando 49,34% do total de contribuintes. O Nordeste apresenta um número relevante de contribuintes (17,65%), ficando próximo da região Sul (18,92%). Porém, das pessoas que se encontravam ocupadas, o número das que não contribuíam com a previdência no Nordeste era superior aos que contribuíam no ano de 2017. No Norte, o número dos que não contribuem também é superior, e no Centro-Oeste um número menor de pessoas contribuem com a previdência social. Essas regiões tiveram um percentual bem inferior às demais, o Norte com apenas 5,54% e o Centro-Oeste com 8,47%, conforme o Gráfico 3.

Analizando o total de não contribuintes as regiões Sudeste e Nordeste apresentaram a maior quantidade, representando respectivamente 36,03% e 33,37% do total, em seguida o Norte com 11,72% e o Sul com 10,92%, por fim a região Centro-Oeste com uma participação de 7,88%.

Destaca-se a região Nordeste, que teve um número de não contribuintes superior ao de contribuintes, o que mostra uma fragilidade da região e aponta para uma informalidade no mercado de trabalho. A não contribuição do trabalho para a previdência social pode se traduzir em não garantia de direitos do trabalhador, especialmente, no

tocante ao direito a aposentadoria por tempo de serviço, a proteção e a assistência social decorrente da condição no trabalho, o que pode refletir o baixo nível de renda decorrente de ocupações instáveis e precárias no trabalho, influenciando as condições de qualidade de vida da população.

Gráfico 3: Brasil - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por região e contribuição para instituto de previdência - 2017 (Mil pessoas)



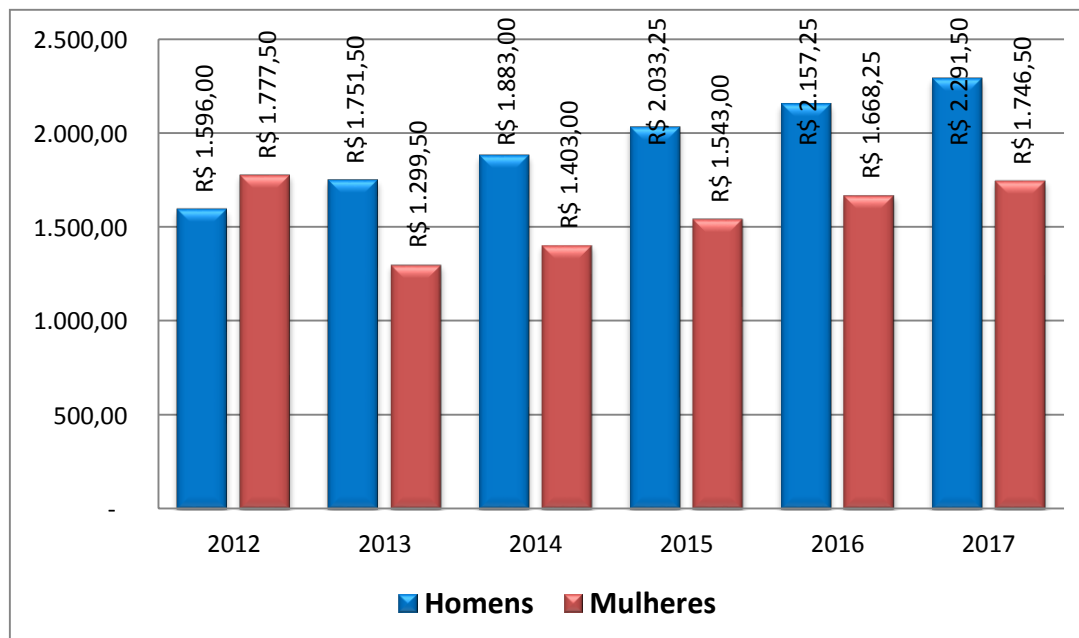
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaborado pelo autor, 2018.

A desigualdade no mercado de trabalho por gênero também pode ser observada quando analisamos a renda da população. Segundo pesquisa feita pelo IBGE (2017), de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a renda do brasileiro ocupado em alguma atividade era, em média, R\$ 2.043. Podemos observar (Gráfico 4) que, em 2017, os homens recebiam em média R\$ 2.291,50, ou, seja, mais do que a média nacional, enquanto as mulheres recebiam R\$ 1.746,50, menos que a média, sendo uma diferença de R\$ 545,00.

Enquanto no período de 2012 a 2017 a renda masculina teve um aumento de R\$ 695,50, a renda feminina teve uma redução de R\$ 31,00. É importante lembrar que são oferecidas mais vagas de empregos para os homens, fazendo com que as mulheres busquem o trabalho doméstico para superar a crise e o desemprego, sendo este um serviço

com baixa remuneração, que teve uma queda na renda recebida no período de 2015, um dos fatores que pode explicar a queda nos rendimentos das mulheres (IBGE, 2016).

Gráfico 4: Brasil- Rendimento médio nominal por sexo - 2012 a 2017 (R\$)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaborado pelo autor, 2018.

Analisando a remuneração média por escolaridade, notamos que quanto maior os níveis de escolaridade dos trabalhadores, maior é a desigualdade salarial entre os sexos. Essa diferença cresce ainda mais nos níveis de ensino mais elevados. Quando os trabalhadores se encontram no nível de analfabetismo, a diferença de renda é de R\$ 228,61, passando para uma diferença de R\$ 2.734 quando ambos possuem nível superior, considerando o emprego formal (Gráfico 5). Porém, vale ressaltar que, mesmo a mulher ganhando menos em relação ao homem, e essa diferença aumentando conforme o nível de escolaridade, o salário de ambos aumenta em relação ao salário recebido em níveis menores de escolaridade.

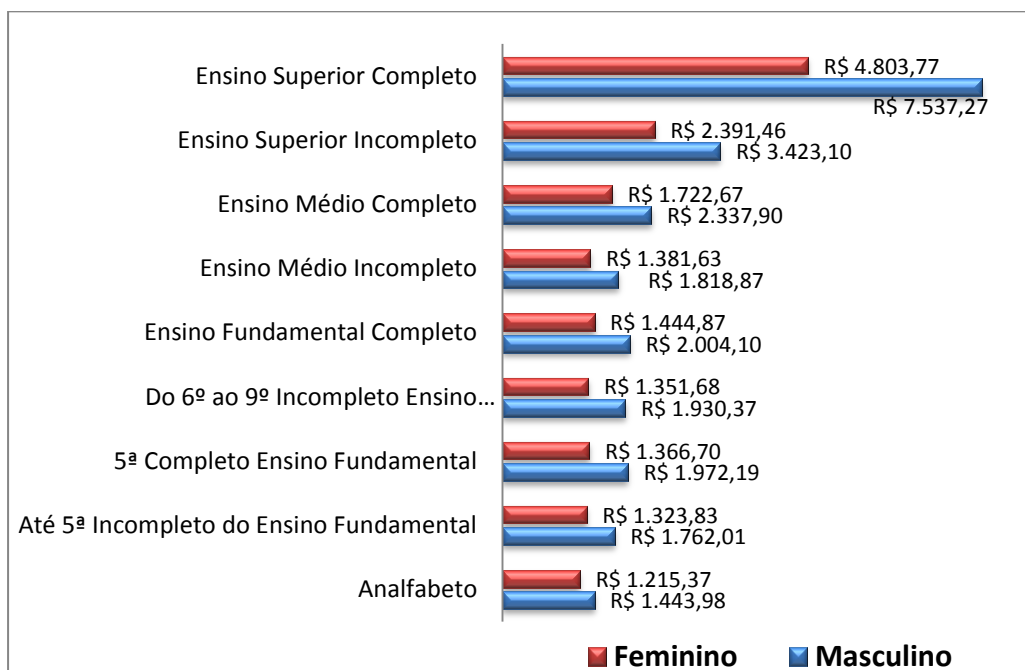
A frequência líquida escolar das mulheres entre 15 a 17 anos de idade era de 73,5% para o ensino médio no ano de 2016, uma taxa superior a dos homens que era de 63,2%. Na faixa dos 25 a 44 anos de idade, 21,5% das mulheres tinha o ensino superior completo, enquanto 15,6% dos homens apresentavam esse nível de instrução, o que pode ser associado aos fatores culturais e históricos da inserção precoce dos homens no mercado de trabalho e, por outro lado, a busca cada vez maior das mulheres por melhores condições de vida (IBGE, 2015). De modo geral, com maior nível de escolaridade, tanto os homens

quanto as mulheres, aumentam a possibilidade de inserção no mercado de trabalho com melhores condições e maiores remunerações.

A inserção das mulheres na sociedade foi influenciada por fatores culturais, religiosos, políticos e econômicos, fazendo com o acesso a escolaridade e aos direitos políticos de cidadania se dessem mais tarde que os dos homens, do mesmo modo como ocorreu com a inserção no mercado de trabalho. A atribuição social, com forte conteúdo machista, de responsabilidade pelo cuidado e criação dos filhos, ainda constitui fator de limitação da mulher em determinadas atividades produtivas e em cargos de direção. A condição natural da maternidade faz com que as mulheres precisem interromper a vida profissional com mais frequência que os homens, principalmente com a chegada dos filhos, o que contribui com algumas desigualdades profissionais que terminam por se refletir em diferentes rendimentos oriundos do trabalho (MONTALI, 2014).

Outro fator que pode explicar as diferenças de rendimentos, diz respeito às oportunidades ocupacionais. As vagas com cargos gerenciais e com maiores remunerações geralmente são ocupadas por homens, como foi visto anteriormente, fazendo com que as mulheres ocupem os cargos com menores salários, aumentando assim a desigualdade salarial (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2000).

**Gráfico 5: Brasil - Remuneração Média de dezembro por Escolaridade e Sexo
- 2016 (R\$)**

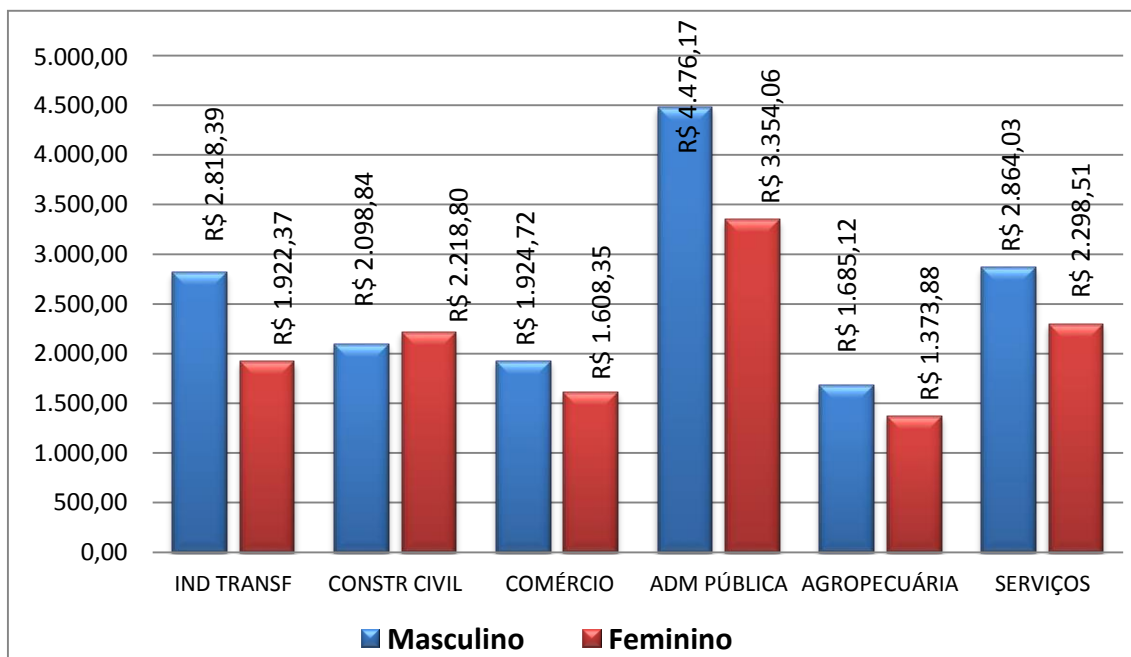


Fonte: MTE. Anuário RAIS. Elaborado pelo autor, 2018.

O Gráfico 6, indica o rendimento médio por setor produtivo. Os trabalhadores inclusos nessa categoria ocupam o trabalho formal, e além de contribuir com a previdência social, recebem as maiores remunerações.

Considerando a remuneração por atividade produtiva no trabalho formal, o setor da administração pública foi um dos que mais se destacaram, com ganho médio de R\$ 3.915,12 em 2016, sendo a remuneração maior para o trabalho masculino. O segundo maior rendimento médio foi obtido no setor de serviços com R\$ 2.162,54, seguido pelo setor da construção civil, com R\$ 2.158,82. Em média, as mulheres apresentaram renda inferior a dos homens. No setor da administração pública e da construção civil elas se aproximam um pouco mais do rendimento dos homens, pois geralmente as mulheres que ocupam esses setores no emprego formal possuem um nível de escolaridade maior. De forma geral, o Brasil tem nos setores de serviços e da administração pública as maiores fontes de ocupações e rendimentos.

**Gráfico 6: Brasil - Salário médio por setor produtivo e sexo
– 2016 (R\$)**

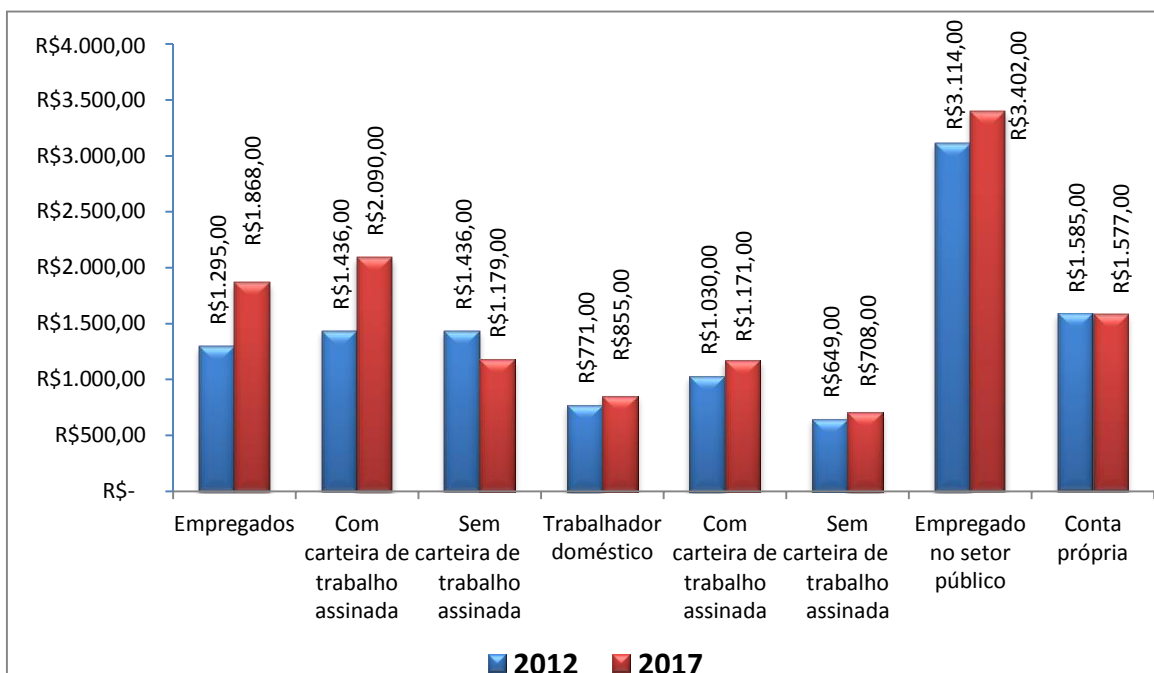


Fonte: Anuário RAIS. Elaborado pelo autor, 2018.

Os trabalhadores com carteira de trabalho assinada obtiveram uma média maior de remuneração em relação àqueles que não têm carteira de trabalho assinada, o que pode ser observado no Gráfico 7. No Brasil, o setor público apresenta a maior remuneração (R\$ 3.402,00), e o trabalho doméstico possui os menores rendimentos. Quando analisado o trabalho doméstico sem carteira de trabalho assinada, o salário chega a ser menor que o salário mínimo no Brasil em 2017 que era R\$ 937,00, o que deixa clara a precarização e a exploração que estes trabalhadores vivenciam.

A baixa remuneração no emprego doméstico pode ser explicada pela alta taxa de informalidade desse serviço, sendo este um trabalho com maior participação das mulheres em relação aos homens, o que leva a uma preocupação quanto à contribuição para a previdência social, devido ao baixo rendimento, principalmente para as trabalhadoras domésticas que não possuem carteira de trabalho assinada.

Gráfico 7: Brasil - Rendimento médio nominal do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade - 2012 e 2017 (R\$)



Fonte: MTE. Anuário RAIS. Elaborado pelo autor, 2018.

No Brasil, a maioria das mulheres se sobressaem negativamente com as maiores taxas de desemprego, nos empregos precários, nos empregos menos valorizados e menos remunerados e, por isso, compõem o chamado público vulnerável no mercado de trabalho e carente de políticas públicas de inclusão produtiva. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a taxa média de desemprego do Brasil em 2017 foi maior para as mulheres, fechando o ano em 13,4%, superando 10,5% para os homens (IBGE, 2018).

Tal situação tem como consequência o menor rendimento na aposentadoria, visto que, o valor da aposentadoria é calculado de acordo com a contribuição do trabalhador e não em função de suas necessidades. Se, historicamente, as mulheres recebem menos que os homens, consequentemente sua contribuição previdenciária será menor, mantendo assim a desigualdade de gênero na distribuição dos benefícios da previdência social como contribuição do trabalho, o que afeta não só as mulheres, mas também os membros familiares que dependem dessa renda.

Dessa forma, as desigualdades na distribuição dos benefícios da previdência social não estão relacionadas apenas às suas regras, mas resultam da desigualdade de oportunidades quanto ao acesso às ocupações e às condições de inserção no mercado de trabalho por gênero e raça.

4.2 Acesso aos benefícios da previdência social para homens e mulheres

No Brasil, o acesso aos benefícios da previdência social ocorre de forma diferente para ambos os sexos na estrutura produtiva e no trabalho, acarretando desigualdade de direitos. Essa desigualdade tem suas origens no início da formação do sistema de previdência social que tinha como principal referência o beneficiário para o sexo masculino, trabalhador engajado no mercado formal, chefe de família com vários dependentes, os quais dependiam dos direitos previdenciários do chefe de família. A maior parte das mulheres brasileiras não se encaixa nesse perfil, pois não eram reconhecidas como provedoras financeiras e chefes de família, embora estivessem inseridas, de forma invisível, tanto no mercado formal como informal de trabalho (CFEMEA, 2003, *apud* SOBAIA, 2006).

Na seção anterior foi apresentado o perfil do mercado de trabalho no Brasil, onde a maioria dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada são mulheres. Veremos agora como essas desigualdades no mercado de trabalho afetam o acesso das trabalhadoras aos benefícios da previdência oficial, considerado um direito social do trabalho.

Como consequência das falhas culturais, políticas, sociais e de mercado, as mulheres apresentam um percentual de contribuição da previdência social inferior ao dos homens. Uma parte significativa das mulheres que compõe a força de trabalho não possui renda regular, e o baixo rendimento faz com que elas não contribuam com a previdência. Em 2009, as mulheres representavam 39,81% dos contribuintes da previdência. Já no ano de 2016, elas apresentaram aumento nessa contribuição, passando para 42,45%, o que pode ser atribuído a diversos fatores, como a maior inserção das mulheres no mercado de

trabalho, a fase de crescimento da economia com o aumento dos empregos formais e a regulamentação do trabalho doméstico, entre outros (Ver Tabela 3).

Mesmo com esse aumento no percentual da participação das mulheres no mercado de trabalho, o número de contribuintes do sexo masculino foi de 29.470.966, enquanto as mulheres eram 21.812.464 em 2016. Esses valores representam taxa de crescimento de contribuintes masculinos de 29,47%, superior à participação das mulheres que registraram 21,41%, entre o período de 2009 a 2016.

O ano de 2015 foi marcado por uma inflexão no número de contribuintes, o que pode ter ocorrido devido à redução de empregos formais com a crise econômica e política, o que termina por afetar a relação entre o mercado de trabalho e o volume de contribuição para a previdência social.

Tabela 3: Brasil – Número de contribuintes da previdência por sexo do segurado no ano de 2009 a 2016 (nº pessoas)

Ano	Quantidade de contribuintes		
	Masculino	Feminino	Total
2009	28.835.572	17.089.683	45.193.098
2010	28.496.531	18.492.411	48.649.216
2011	29.935.581	19.815.740	51.850.468
2012	31.152.175	21.322.304	53.912.656
2013	32.367.221	22.890.181	55.687.889
2014	32.398.721	23.749.133	56.576.291
2015	31.431.070	23.116.951	54.656.148
2016	29.470.966	21.812.464	51.378.905

Fonte: Anuários da previdência social de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016. Elaborado pelo autor, 2018

Observa-se que as mulheres, apesar de serem maioria na população e terem aumentado sua participação na força de trabalho, apresentam-se em menor proporção no trabalho formal. Sendo assim, contribuem menos que os homens para a previdência social oficial e, por consequência, são menos protegidas em relação ao benefício previdenciário (Tabela 4). No período de 2009 a 2014, houve um aumento no número de beneficiados no Brasil, registrando-se taxa de crescimento de 12,5%, sendo 15,4% para as mulheres e 7,3% para os homens no setor privado. Mas, mesmo com esse aumento, no ano de 2014,

onde se observou a maior expressividade para as mulheres, estas representavam 44% da população trabalhadora que se beneficiava com a previdência. A crise de 2015 também afetou o número de pessoas beneficiadas, com redução para ambos os sexos, passando de 64.131.925 para 62.617.090 pessoas.

Tabela 4: Brasil – Cobertura da previdência social na população ocupada total do setor privado, por sexo do segurado de 2009 a 2015 (nº pessoas)

Ano	Número de protegidos pela previdência Social*		
	Masculino	Feminino	Total
2009	32.336.605	23.311.403	55.648.008
2010	32.575.992	23.655.459	56.231.461
2011	34.057.055	25.182.706	58.239.761
2012	34.658.824	25.945.815	60.604.639
2013	35.561.599	27.267.219	62.828.818
2014	35.879.594	28.252.331	64.131.925
2015	34.702.909	26.914.189	62.617.098

Fonte: Anuários da previdência social de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.

Elaborado pelo autor, 2018.

*Pessoas com 10 anos ou mais de idade, excluindo militares e estatutários.

Na Tabela 5, podemos observar o número de aposentadorias concedidas por tempo de contribuição no trabalho. No total, houve aumento de quase 50% das aposentadorias no meio urbano, enquanto as aposentarias rurais sofreram queda de 9%. Na zona urbana, no ano de 2016, as mulheres representavam apenas 36% da população beneficiada nesse segmento. Mesmo com o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho no período de 2009 a 2016, o segmento das mulheres ainda representa uma participação bastante inferior ao dos homens. Na zona rural a situação é mais crítica, pois o número de aposentadorias de forma geral é bastante inferior em relação à zona urbana. Ao avaliar o número de benefícios concedidos para as mulheres, este apresentou uma redução durante o mesmo período, ficando em uma posição bem inferior ao dos homens, representando 6,4% dos beneficiários.

Essa desigualdade pode ser explicada pelo fato das mulheres serem mais atingidas que os homens com as interrupções na carreira. Isso ocorre porque na maioria das vezes são elas que precisam abandonar o emprego para cuidar dos filhos ou de algum familiar

doente. Este problema termina por se refletir no tempo de contribuição, tendo em vista que as mulheres acabam contribuindo para a previdência em menor tempo que os homens retardando, assim, a obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição no trabalho.

Tabela 5: Brasil – Quantidade de aposentadorias urbana e rural por tempo de contribuição e sexo de 2009 a 2016 (nº pessoas)

Ano	Número de aposentadorias concedidas por tempo de contribuição					
	Urbana			Rural		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
2009	192.845	94.663	287.508	1.617	174	1.791
2010	182.001	93.406	275.407	1.302	132	1.434
2011	196.386	99.983	296.369	1.225	133	1.358
2012	197.303	99.560	296.863	1.144	84	1.228
2013	208.041	104.817	312.858	1.313	89	1.402
2014	209.903	104.192	314.095	1.346	101	1.447
2015	206.410	112.586	318.996	1.369	95	1.464
2016	271.994	158.413	430.407	1.528	98	1.626

Fonte: Anuários da previdência social de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016. Elaborado pelo autor, 2018.

Quando as mulheres apresentam dificuldades para contribuírem com a previdência social e comprovar o tempo necessário de trabalho para a concessão da aposentadoria, resta a alternativa da aposentadoria por idade, cujos benefícios são inferiores ao benefício por contribuição do trabalho.

Na Tabela 6, podemos perceber que as mulheres recorrem mais a esse benefício que os homens, tanto na zona rural quanto na zona urbana. Em 2016, na zona urbana as mulheres representaram 60,49% das beneficiadas, e na zona rural, 55,02%, sendo a grande parte dos beneficiários com aposentadorias de 1 salário mínimo apenas. O maior número de aposentadorias por idade está concentrado na zona rural, tanto para homens como para mulheres. Um dos motivos pode ser o fato de que na zona rural existe um contingente significativo de pessoas em ocupações precárias, informais ou dedicadas aos trabalhos na agricultura familiar onde é possível que muitos trabalhadores não possuam carteira de trabalho assinada. Nestes casos, resta aos cidadãos o direito a aposentadoria como assistência, enquadrada no Benefício de Prestação Continuada – BPC, regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social, admitido como benefício do

artigo 18 da lei 8.213/91. Ou, no caso específico dos trabalhadores rurais que caracterizam a economia familiar e sem empregados permanentes, admite-se a aposentaria especial, regulamentada pelo Artigo 48, parágrafos 1º e 2º, e pelo Artigo 143, da Lei 8.213/91 (BRASIL, 1991).

Tabela 6: Brasil – Cobertura da previdência social na população ocupada total do setor privado, por sexo do segurado de 2009 a 2016 (nº pessoas)

Ano	Número de aposentadorias concedidas por idade					
	Urbana			Rural		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
2009	100.221	143.355	243.576	145.717	213.428	359.145
2010	86.296	131.647	217.943	147.356	199.978	347.334
2011	91.810	145.854	237.664	141.310	201.742	343.052
2012	102.423	167.092	269.515	102.423	167.092	269.515
2013	114.528	181.375	295.903	148.885	209.735	358.620
2014	118.697	189.129	307.826	148.068	189.793	337.861
2015	114.226	174.939	289.165	123.166	163.510	286.676
2016	139.561	222.925	362.486	134.861	165.019	299.880

Fonte: Anuários da previdência social de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016. Elaborado pelo autor, 2018.

Na Tabela 7 está demonstrada a cobertura da previdência social segundo a ocupação para o ano de 2015. A maior diferença entre os homens e as mulheres encontra-se no segmento “empregado com carteira de trabalho assinada” com uma diferença de 7.138.330 milhões para os homens. As mulheres são maioria no emprego doméstico com ou sem carteira de trabalho, trabalhos este considerado precário e com elevado grau de informalidade.

Mesmo com o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho, estas ainda são maioria no trabalho sem carteira de trabalho assinada e sem contribuição para a previdência social, demonstrando a dificuldade que têm de adentrarem no mercado de trabalho formal.

Tabela 7: Brasil – Cobertura da previdência social da população* ocupada na semana de referência, por proteção previdenciária e sexo, segundo a posição na ocupação principal – 2015 (nº pessoas)

Posição na ocupação	Quantidade de contribuintes		
	Masculino	Feminino	Total
Empregados com carteira	21.380.078	14.241.748	35.621.826
Empregados sem carteira	2.548.178	1.676.415	4.224.593
Empregados domésticos com carteira	218.775	1.731.884	1.950.659
Empregados domésticos sem carteira	40.912	689.068	729.980
Militares	315.053	308.269	623.322
Estatutário	2.496.319	3.924.367	6.420.686
Conta própria	5.118.241	2.385.521	7.503.762

Fonte: Anuário da previdência social, 2015. Elaborado pelo autor, 2018.

*Pessoas de 16 a 59 anos de idade.

As desigualdades existentes quanto à aposentadoria de homens e mulheres em função da contribuição previdenciária do trabalho, também são resultado das desigualdades por sexo no mercado de trabalho, da maior inserção das mulheres em empregos precários, informais e de baixa renda. Dessa forma, as condições de ocupações no mercado de trabalho e a insuficiência de rendimentos são alguns dos determinantes da dificuldade de inclusão no regime oficial previdenciário. Quanto melhor for o desempenho da economia e do mercado de trabalho, resultando na ampliação de empregos formais para as mulheres, maior será sua capacidade contributiva. Contudo, os avanços devem se dar também no reconhecimento das mulheres na estrutura produtiva e do trabalho em condições iguais, de modo a romper com os vícios de uma sociedade escravocrata, o machismo e os preconceitos sobre o trabalho feminino.

4.3 A reforma da previdência social e os possíveis impactos sobre a situação de gênero no trabalho

Em dezembro de 2016, foi enviada pelo poder Executivo a proposta da reforma da Previdência e da Assistência Social para apreciação no Congresso Nacional, intitulada PEC 287 (Proposta de Emenda Constitucional nº 287), com a justificativa de que a

Previdência social vem apresentando déficits orçamentários e que a única forma de manter esse benefício assistencial seria por meio da revisão e aperfeiçoamento de suas regras. Em maio de 2017, o relator do projeto na Câmara dos Deputados, Artur Maia, propôs algumas alterações na proposta original da PEC que também serão apresentadas nesse trabalho⁴. O governo apresenta basicamente dois argumentos para a causa desses déficits, o primeiro diz respeito às mudanças demográficas decorrentes do acelerado processo de envelhecimento populacional, juntamente com o aumento da expectativa de vida dos brasileiros. O segundo argumento está concentrado no que denominam de “distorções e inconsistências” do atual modelo, entre as quais aquelas que se referem às normas que organizam o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o que seria justificativa para criar regras únicas de acesso à aposentadoria para todos os trabalhadores. A proposta de reforma e suas novas regras acabariam com o princípio da solidariedade social, anulando as diferenças sociais e as condições desiguais de inserção no mercado de trabalho.

O governo brasileiro aponta sete premissas principais para a reforma. São elas:

- 1) garantia da sustentabilidade presente e futura da Previdência Social, preparando-a para a transição demográfica da população brasileira;
- 2) respeito aos direitos adquiridos (a reforma não afeta os atuais beneficiários e também não atinge aqueles que já possuem os requisitos para os benefícios);
- 3) regras de transição para homens com 50 anos de idade ou mais e mulheres com 45 anos de idade ou mais;
- 4) avançar rumo à harmonização de direitos previdenciários entre os brasileiros (alinhar regras – RGPS/INSS e RPPS; parlamentares e cargos eletivos; homens e mulheres; trabalhadores urbanos e rurais);
- 5) convergir para as melhores práticas internacionais, incorporando as experiências exitosas de países que já enfrentaram uma transição demográfica, observada a realidade social e econômica do Brasil
- 6) manutenção do salário mínimo como piso previdenciário;
- 7) manutenção das aposentadorias especiais para pessoas com deficiência e para segurados cujas atividades sejam exercidas sob condições que efetivamente prejudiquem a saúde (sendo vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação) (GONÇALVES, 2017, p. 35).

O objetivo dessa seção é apresentar as propostas da PEC que mais impossibilitariam o acesso das mulheres à aposentadoria, caso sejam aprovadas, e como poderiam aumentar a desigualdade de gênero. São elas:

⁴Alterações feitas pelo relator: Apresentadas em matéria do G1 (2017). Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/veja-as-principais-regras-aprovadas-pela-comissao-da-reforma-da-previdencia.ghhtml>>.

- Benefício integral

Atualmente, para obter o valor integral da aposentadoria, a soma da idade e do tempo de contribuição deve totalizar 85 anos, se o segurado for mulher, e 95 anos se for homem, com um tempo mínimo de 30 anos para as mulheres e 35 para os homens.

Depois das mudanças feitas pelo relator da reforma da previdência, para atingir o benefício integral, o tempo mínimo de contribuição é de 40 anos para ambos os sexos. Para os que não atingirem os 40 anos de contribuição o valor da aposentadoria será referente a 70% do seu salário, acrescidos de 1,5% para cada ano que ultrapassar 25 anos de contribuição, 2% para cada ano que exceder 30 anos e 2,5% para cada ano que superar 35 anos (GONÇALVES, 2017).

Em 2016, o Brasil contava com 88,9 milhões de trabalhadores ocupados, sendo que 44 milhões recebiam, em média R\$ 747 por mês (IBGE, 2017). O baixo salário da população brasileira, além de dificultar a contribuição previdenciária, especialmente, para os que estão no trabalho autônomo ou informal, pode excluir alguns trabalhadores do acesso ao benefício na forma das aposentadorias, além de resultar em baixos valores das aposentadorias recebidas, reforçando ainda mais o número de pessoas que vivem em situação de baixa renda.

- Idade mínima

Atualmente, não há uma idade mínima para que um segurado se aposente, bastando apenas um período de 15 anos de contribuição. Na proposta original a idade mínima para a aposentadoria seria de 65 anos para ambos os sexos, desde que completassem 25 anos de contribuição.

Com as alterações feitas pelo relator, a idade mínima ficaria estipulada em 62 anos para as mulheres e 65 anos para os homens, devendo ainda os segurados de ambos os sexos contribuírem por período mínimo de 25 anos (GONÇALVES, 2017).

Se essa regra for aprovada nessas condições, as mulheres serão ainda mais penalizadas que os homens, tanto pelo aumento do tempo mínimo de contribuição, quanto pela idade mínima, visto que estas contribuem menos com a previdência e possuem maior dificuldade de comprovar a quantidade mínima exigida de contribuição. Na seção anterior, vimos que a maior parte das aposentadorias concedidas às trabalhadoras é por

idade, o que indica que muitas mulheres serão impossibilitadas de se aposentarem por tempo de contribuição no trabalho.

A regra da idade mínima é a mesma para todos os setores, independente se é trabalhador da zona urbana ou rural, do setor público ou privado, se trabalha na educação básica ou em qualquer outra ocupação, desconsiderando as desigualdades existentes no mercado de trabalho.

Ao analisar o mercado de trabalho, foi possível observar que a maior inserção das mulheres ocorre no trabalho doméstico e na educação. Quando se trata da educação básica, segundo o Censo Escolar de 2015, no ano de 2016, 80% dos docentes eram mulheres, o que representa um total de 2,2 milhões de pessoas (DIEESE, 2017). Caso as propostas da PEC sejam aprovadas da forma como estão apresentadas, as mulheres de ambas as categorias serão bastante afetadas.

Atualmente, com 25 anos de contribuição em atividades de magistério, as professoras podem ter direito ao benefício da aposentadoria. Com a proposta da idade mínima, além do tempo de contribuição, será necessário ter no mínimo 60 anos de idade. Contudo, para exercer a profissão é necessário ter obtido o nível superior, condicionando o ingresso no mercado de trabalho no mínimo aos 21 anos de idade. Assim, para obtenção do valor integral da aposentadoria, levando em consideração o ingresso no mercado de trabalho aos 21 anos, por exemplo, os profissionais da educação teriam que contribuir no mínimo por 39 anos, podendo estar em sala de aula depois dos 60 anos.

Os professores da educação básica, de forma geral, trabalham diretamente com crianças e adolescentes e enfrentam um intenso desgaste físico e psicológico. No caso das professoras, estas ainda dividem seu tempo entre preparar e ministrar aula, corrigir provas e cuidar da sua casa e dos filhos, levando a uma tripla jornada. Segundo o Anuário da Saúde do Trabalhador do DIEESE (2016), no ano de 2015, 9.651 professores da educação básica se afastaram do trabalho devido a doenças ocupacionais (DIEESE, 2017). É possível observar as dificuldades, em especial as enfrentadas pelas mulheres, que encaram a tripla jornada de trabalho, chegando aos 62 anos em uma sala de aula. Como consequência das condições insalubres, do desgaste psicológico, da violência urbana que se transpõe para a escola, entre outros problemas sociais, muitas professoras não receberão o benefício integral da aposentadoria, fazendo com que elas tenham que

sobreviver com valores inferiores ao último salário e ainda precisem procurar outra ocupação remunerada para compor a renda familiar.

O trabalho doméstico, como foi discutido anteriormente, é caracterizado pela elevada absorção da mão de obra feminina, com alto grau de informalidade e de rotatividade, condições precárias de trabalho e baixos salários, o que dificulta a contribuição previdenciária das domésticas. Muitas dessas trabalhadoras, com idade acima dos 40 anos e que já trabalharam muitos anos sem contribuição previdenciária, não terão condições de comprovar 15 anos necessários de contribuição. Elevar o tempo de contribuição de 15 para 25 anos poderá significar a impossibilidade de aposentadoria, aumentando assim o número de mulheres desprotegidas e em condições de baixa renda.

- Aposentadoria Rural

Atualmente, a aposentadoria é concedida aos trabalhadores rurais com idade mínima de 55 anos para as mulheres e de 60 anos para os homens, tendo no mínimo 15 anos de contribuição. A proposta original seria de um aumento na idade mínima para 65 anos em ambos os sexos com o mínimo de 25 anos de contribuição. Com as alterações feitas no texto original, a idade mínima foi reduzida para 57 anos para as mulheres e 57 para os homens com contribuição mínima de 15 anos. O aumento da idade mínima poderia significar mais anos de atividade econômica em relação aos trabalhadores urbanos, visto que os trabalhadores rurais tendem a ingressar muito cedo no mercado de trabalho.

O trabalho rural é conhecido por ser um trabalho que apresenta maiores condições precárias em relação à maior parte dos trabalhos urbanos. A maioria dos trabalhadores rurais possui pouca ou quase nenhuma escolaridade, trabalham sem formalização, e devido às condições de trabalho e o intenso desgaste físico, acabam por envelhecer mais cedo. No caso das mulheres, dividem a rotina intensa no campo com os cuidados com o lar e os filhos.

Na seção anterior, vimos que as regras atuais já dificultam muito o acesso à aposentadoria dos trabalhadores rurais que apresentam dificuldades em acumular os anos necessários de contribuição. Essa maior dificuldade pode ser consequência dos trabalhos intensos que muitas vezes ocasionam danos à saúde, reduzindo a capacidade laboral e afastando algumas pessoas de suas atividades produtivas.

A PEC também propõe que a contribuição dos trabalhadores da agricultura familiar seja individualizada. Atualmente sua contribuição incide sobre a receita bruta da produção, isso vale para todo o grupo familiar. Com a nova regra, se a renda do trabalhador rural for baixa, isso pode ocasionar a não contribuição para a previdência.

- Pensões

Atualmente é permitido o acúmulo de pensão com aposentadoria. Como proposta para a reforça da previdência, inicialmente, o governo apresentou a proposta da desvinculação do salário mínimo e a impossibilidade de acumulação de aposentadoria e pensão. Com a reformulação da proposta inicial feita pelo relator, fica mantida a vinculação ao salário mínimo, com possibilidade de acumular aposentadoria e pensão, com o limite de até dois salários mínimos.

De acordo com o Anuário Estatístico da Previdência lançado em 2016, no ano de 2015, cerca de 7,4 milhões de brasileiros recebiam pensão por morte. As mulheres representavam 84% desse total (6,2 milhões). Outro fator a destacar é o valor recebido por elas, 53% correspondia a um salário mínimo, enquanto só 23% ficava entre um a dois salários mínimos. Na faixa etária de 60 anos ou mais de idade, as mulheres representavam 15,2% do total dos beneficiários; nessa mesma condição os homens representavam 1,3%. Ainda nessa mesma faixa etária, 11,1% das mulheres acumulavam pensão e aposentadoria, enquanto os homens representavam 2,7% (DIEESE, 2017).

Segundo o IBGE (2017), em 2016, a expectativa de vida das mulheres brasileiras era de 79,4 anos, sendo superior a dos homens que era de 72,2 anos. Por isso, as mulheres constituem a maioria da população idosa. Contudo, grande parte chega à velhice sem um companheiro, o que explica a maior participação no benefício da pensão por morte.

Como foi visto anteriormente, as mulheres apresentam maior dificuldade em conseguir acumular os anos necessários de contribuição, restando recorrer ao benefício por idade. No caso das mulheres viúvas, com a função de cuidar de sua família, é fundamental que elas estejam amparadas pela previdência. Para as mulheres acima de 60 anos, o auxílio por pensão representa uma grande fonte de renda devido às dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, qualquer rigidez maior nesse benefício pode significar uma vulnerabilidade ainda maior dessa classe.

- Benefício de Prestação Continuada (BPC)

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício assistencial que alcança dois segmentos sociais em condição de pobreza: os idosos e as pessoas com deficiência (PCD). Para receber o benefício é necessário que o indivíduo possua uma renda familiar *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo (DIEESE, 2017). O benefício tem seu valor vinculado ao salário mínimo e, no caso dos idosos de baixa renda, a idade mínima para obtenção é de 65 anos.

A proposta apresentada pelo governo era uma desvinculação do seu valor com o salário mínimo e uma elevação da idade mínima para 70 anos. Com as mudanças feitas pelo relator, a idade mínima continua 65 anos, porém essa idade será elevada gradualmente até atingir os 68 anos até 2020.

A justificativa do governo para as mudanças no BPC, parte do pressuposto de que o benefício desestimula a contribuição previdenciária dos indivíduos, em especial dos menos qualificados e com renda próxima a um salário mínimo, já que o benefício gera o mesmo valor do piso previdenciário. A desvinculação do benefício com o salário mínimo, segundo o governo, levaria os trabalhadores a migrarem para o sistema previdenciário oficial, gerando um equilíbrio na seguridade social (JACCOUD; MESQUITA & PAIVA, 2017).

As propostas de mudanças no BPC desconsideram que os beneficiados são idosos que provavelmente passaram a vida em situações precárias de trabalho ou não conseguiram uma inserção no mercado de trabalho formal, e pessoas com deficiências que são impossibilitadas de ingressar no mercado de trabalho e, por isso, não conseguem contribuir com a previdência. Dessa forma, os indivíduos não se deparam com uma escolha simples entre contribuir com a previdência ou recorrer ao BPC. Mas, a não contribuição é reflexo das desigualdades no mercado de trabalho, como foi visto anteriormente.

No decorrer do trabalho, observamos através de dados, que as mulheres são as que apresentam taxas menores de contribuição, recorrendo ao direito do benefício por idade. A mudança na idade mínima e nas pensões pode ocasionar um impacto no aumento das mulheres em situações de vulnerabilidade social. Este segmento de mulheres poderia recorrer ao BPC, porém, qualquer mudança que torne o seu acesso mais rígido, poderá

elevar o número de mulheres desprotegidas.

As propostas de reforma na previdência social desconsideram a alta informalidade do mercado de trabalho brasileiro, a rotatividade dos trabalhadores nas ocupações, as taxas de desemprego que levam alguns trabalhadores a permanecerem por um tempo fora do mercado de trabalho e as desigualdades existentes no próprio mercado. Com isso, acumular o tempo mínimo não será uma tarefa fácil. Ao tornar as regras mais rígidas muitas mulheres não terão acesso a aposentadoria, visto que são a maioria nos trabalhos precários e de baixa renda, ameaçando algumas conquistas já alcançadas por elas.

No que diz respeito à elevação da idade mínima, vale ressaltar que os trabalhadores mais qualificados e mais remunerados tendem a permanecer no mercado de trabalho por mais tempo e, em muitos casos, ultrapassam a idade mínima. Já os menos qualificados e com menores rendas, ingressam mais cedo no mercado de trabalho, em situações precárias que acabam por prejudicar sua saúde ao ponto de não conseguirem estender o tempo de aposentadoria.

Sendo o mercado de trabalho a principal chave para compreender as desigualdades previdenciárias, este também deveria servir de auxílio para as decisões das políticas públicas. Desse modo, a maneira de corrigir os desequilíbrios apontados pela não contribuição da previdência seria o aumento de empregos qualificados, políticas de inclusão no mercado de trabalho para os menos favorecidos, em especial as mulheres, e uma educação que lhe permitisse concorrer no mercado de trabalho.

As propostas focalizam apenas em fatores matemáticos, ou seja, os argumentos encontram-se apenas no suposto déficit. Dessa forma, o governo acaba por reduzir a proteção social apenas ao aspecto de viabilidade econômica, esquecendo-se do seu papel na contribuição da cidadania e colocando em risco o bem-estar social que é dever do Estado.

Porém, existem contrapontos a respeito desses argumentos. No tocante ao argumento de que a mulher vive mais que o homem, segundo o IBGE (2015), a partir de 65 anos a diferença na expectativa de vida entre homens e mulheres é de apenas três anos, e, nos últimos anos existe uma queda na diferença da expectativa de vida, com projeção de queda ainda maior em 2060 (DIEESE, 2017). Ao focar apenas nos dados de crescimento da expectativa de vida, o governo desconsidera as diferenças existentes entre

a população idosa, como por exemplo, a diferença de um idoso do meio rural com um idoso do meio urbano. Além disso, nem sempre o aumento da expectativa de vida está associado ao aumento da melhora das condições de saúde populacional. Gonçalves mostra que:

A partir dos dados levantados das Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (GRF-FGTS) e das Guias de Informações à Previdência Social (GFIP) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é possível afirmar que em maio de 2017 o Brasil possui uma quantidade de 16 milhões de trabalhadores empregados que não tem a sua carteira de trabalho assinada (GONÇALVES, 2017, p. 41).

Somente com essas relações de emprego não formalizadas, a apropriação indevida das contribuições previdenciárias chegaram a um montante de R\$ 15,2 bilhões em 2010, R\$ 21,5 bilhões em 2013, 24,9 bilhões em 2014, e 46,9 bilhões em 2015. Apenas nesses cinco anos o valor sonegado em contribuições previdenciárias chegou a cerca de R\$ 108,5 bilhões. O Governo não se preocupa em cobrar o débito e inscrevê-lo em dívida ativa. Segundo a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado, se o Governo Federal conseguisse formalizar essas relações de emprego, conseguiria arrecadar R\$ 384 bilhões de contribuições do empregado e R\$ 135 bilhões de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (GONÇALVES, 2017).

De acordo com o presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), em maio de 2017, a dívida ativa da União estava em um montante de R\$ 1,8 trilhão no total. Somente os valores relativos aos créditos previdenciários representam R\$ 400 bilhões (GONÇALVES, 2017). Assim, algumas análises indicam que o maior problema é a falta de administração da seguridade social e não somente os gastos com os benefícios concedidos.

De qualquer forma, não se deve desprezar o fato de que população brasileira vem sofrendo modificações ao longo do tempo que têm impacto sobre a previdência social, como o aumento da expectativa de vida resultando em um aumento da população idosa, a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, fatores que não ocorrem apenas no Brasil, mas em boa parte do mundo, principalmente nos países em desenvolvimento. Nesse contexto, não basta apenas uma equiparação das idades mínimas, mas a criação de políticas públicas que visem à redução das desigualdades de classe e de gênero, o incentivo a divisão das tarefas domésticas sem distinção de gênero, o amparo aos idosos, principalmente a ampliação de redes públicas para eles, o amparo e a qualificação das

trabalhadoras do campo, fazendo, assim, com que as mulheres consigam não apenas a inserção no mercado de trabalho, mas a sua permanência.

Entretanto, o desenvolvimento econômico de um país não está associado apenas aos fatores matemáticos, pois o papel do Estado vai além. O crescimento de um País deve ser acompanhado do direito à justiça social, igualitária e redistributiva, e isso não poderá ser alcançado simplesmente pela negação da aposentadoria para grande parte dos trabalhadores, o que pode ser uma consequência das próximas reformas nas regras da previdência. Analisando apenas a economia para a tomada de decisões políticas, o governo desconsidera fatores históricos e acaba por contribuir com a ampliação das desigualdades sociais no país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os direitos referentes à previdência social fazem parte do conjunto dos direitos sociais fundamentais do homem e se encontram assegurados na Constituição Federal de 1988 no Brasil. Mesmo com os avanços nos direitos trabalhistas ao longo do tempo, resultado das lutas dos trabalhadores por condições menos precárias de trabalho, observa-se que a previdência vem sofrendo algumas modificações nas suas regras, principalmente em períodos de crises, onde os programas sociais que fazem parte da seguridade social têm sido os mais atingidos nos cortes do governo.

Com os argumentos sustentados na elevação da maior expectativa de vida populacional, em especial para as mulheres, e do suposto déficit orçamentário que a previdência vem apresentando, causando distorções entre o número de contribuintes e de beneficiados, em dezembro de 2016 o governo apresentou a PEC 287 (Proposta de Emenda Constitucional nº 287) com a finalidade de reformar as regras atuais da previdência. A proposta tem o objetivo de alterar as regras da previdência social como única maneira de manter a continuidade desse benefício, segundo os técnicos do governo. Contudo, tais argumentos são carentes de evidências empíricas e têm causado polêmicas sobre os aspectos históricos, políticos e sociais que não são levados em consideração na proposta de reforma.

Em relação ao déficit, o próprio governo aponta que ocorre uma grande apropriação indevida de receitas pertencentes ao sistema previdenciário e que o governo não despende esforços significativos para reaver esses valores. Dessa forma, o déficit apontado pelo governo também é decorrente de falhas na administração dos recursos da seguridade social, permitindo que grandes empresas públicas e privadas continuem ocupando a lista dos maiores devedores à previdência social. Além disso, a Desvinculação de Receitas da União – DRU, criada em 1994, é um mecanismo que permite que o governo federal utilize 20% de todos os recursos tributários que estejam vinculados, por lei, a fundos ou despesas. Segundo o próprio governo, as contribuições sociais destinadas a saúde, educação e previdência, por exemplo, podem representar cerca de 90% dos valores desvinculados, servindo como fundo de emergência em momentos de instabilidade da economia e até para pagar juros da dívida pública (BRASIL, 2018). Desse

modo, faz-se necessário a ampla discussão na sociedade sobre os impactos de uma reforma com critérios apenas técnicos.

Segundo o IBGE, a partir de 65 anos de idade a diferença na expectativa de vida entre homens e mulheres é de apenas três anos, e, nos últimos anos, existe uma queda na diferença da expectativa de vida, com projeção de queda ainda maior em 2060.

Ao analisar o mercado de trabalho no Brasil, foi possível verificar que houve uma maior participação na PEA feminina em decorrência do aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Porém, a maioria das mulheres se sobressai negativamente com as maiores taxas de desemprego, em ocupações precárias, nos empregos menos valorizados e menos remunerados e, por isso, compõem parte do chamado público vulnerável no mercado de trabalho e carente de políticas públicas de inclusão produtiva.

Tal situação tem como consequência uma menor participação produtiva das mulheres, ocasionando em menor rendimento na aposentadoria, visto que o valor da aposentadoria é calculado de acordo com a contribuição do trabalhador e não em função de suas necessidades. Se, historicamente, as mulheres recebem menos que os homens, consequentemente sua contribuição previdenciária será menor, mantendo assim a desigualdade de gênero na distribuição dos benefícios da previdência social como contribuição do trabalho, o que afeta não só as mulheres, mas também os membros familiares que dependem dessa renda.

A baixa capacidade de contribuição faz com que as mulheres apresentem grandes dificuldades em conseguir atingir o tempo mínimo de contribuição, recorrendo a aposentaria por idade. O aumento na idade mínima e a restrição do benefício apenas aos que conseguirem o tempo mínimo de contribuição, pode acarretar um volume ainda maior de mulheres desprotegidas e em condições de baixa renda.

Dessa forma, as desigualdades na distribuição dos benefícios da previdência social não estão relacionadas apenas às suas regras, mas resultam da desigualdade de oportunidades quanto ao acesso às ocupações e às condições de inserção no mercado de trabalho por gênero e raça.

Ao focalizar apenas em fatores matemáticos, ou seja, apenas no suposto déficit como distorção entre contribuintes e beneficiários, o governo acaba por reduzir a proteção social apenas ao aspecto de viabilidade econômica, esquecendo-se das

diferenças históricas sociais e das desigualdades de gênero.

Diante do exposto, conclui-se que a proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo enfraquece a seguridade social, esquecendo-se do seu papel na contribuição da cidadania e colocando em risco o bem-estar social que é dever do Estado.

Nesse contexto, não basta apenas uma equiparação das idades mínimas, mas a criação de políticas públicas que visem à redução das desigualdades de classe e de gênero fazendo, assim, com que as mulheres consigam não apenas a inserção no mercado de trabalho, mas a sua permanência e a garantia dos direitos do trabalho e de cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro.no.4. ed. São Paulo: Cienc. Cult., 2006. 41 p. v. 58. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400020>. Acesso em: 28 jun. 2017.

ARRUDA, Kátia Magalhães. **Direito Constitucional do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1998.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Rio de Janeiro, DF: Senado, 1934.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 set. 2017.

_____. Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923. Disponível em <<http://www.camara.leg.br>> Acesso em: 28 set. 2017.

_____. Decreto nº 8.742, de 19 de janeiro de 1946. Disponível em <<http://www.camara.leg.br>> Acesso em: 28 set. 2017.

_____. Decreto nº 9.912-A, de 26 de março de 1946. Disponível em <<http://www.camara.leg.br>> Acesso em: 28 set. 2017.

_____. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Anuário Estatístico da Previdência Social. Brasília: MTPS; INSS; Dataprev, 2009. v. 18. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/aeps-2009-anuario-estatistico-da-previdencia-social-2009/>> Acesso em: 19 mar. 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Anuário Estatístico da Previdência Social. Brasília: MTPS; INSS; Dataprev, 2010. v. 19. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/aeps-2010-anuario-estatistico-da-previdencia-social-2010/>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Anuário Estatístico da Previdência Social. Brasília: MTPS; INSS; Dataprev, 2011. v. 20. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/aeps-2011-anuario-estatistico-da-previdencia-social-2011/>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Anuário Estatístico da Previdência Social. Brasília: MTPS; INSS; Dataprev, 2012. v. 21. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2013/05/AEPS_2012.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Anuário Estatístico da Previdência Social. Brasília: MTPS; INSS; Dataprev, 2013. v. 22. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/aeps-2013-anuario-estatistico-da-previdencia-social-2013/>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Anuário Estatístico da Previdência Social. Brasília: MTPS; INSS; Dataprev, 2014. v. 23. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/AEPS-2015-FINAL.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Anuário Estatístico da Previdência Social. Brasília: MTPS; INSS; Dataprev, 2015. v. 24. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/AEPS-2015-FINAL.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Anuário Estatístico da Previdência Social. Brasília: MTPS; INSS; Dataprev, 2016. v. 25. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/AEPS-2016.pdf>>

_____. Presidência da República. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213cons.htm> Obtido em: 08 de maio de 2018.

_____. Proposta de Emenda à Constituição nº287 de 2016. Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências. Brasília: Poder Executivo, 2016b. Disponível em: <<https://goo.gl/kUNq3O>> Acesso em: 15 set. 2017.

_____. Senado Federal. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/dru>>. Obtido em: 01 de junho de 2018.

BILL, Abraham Of Rights. **A constituição e o direito à previdência social**. 2007. 110f. Monografia apresentada para participação no I Concurso de Teses sobre Seguridade Social. Brasília. 2007.

BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa. **A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo**. Cad. Pesqui. [online]. 2000, n.110 [citado 2016-03-12], pp. 67-104. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000200003&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1980-5314. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742000000200003>. Obtido em: 12/03/2016

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTIONI, Remi. **O sistema de proteção ao trabalho no Brasil**. Campinas: Ed. Autores Associados de Campinas, 2005. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista: **Manual de direito previdenciário**. 11. ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

CFEMEA. Centro Feminista de Estudos e Assessoria. **As mulheres na reforma da Previdência: o desafio da inclusão social**. Brasília: Fundação Friedrich Ebert (FES); Instituto Latino-americano de Desenvolvimento Econômico Social (ILDES), 2003.

COMPARATO, Fábio. **A afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 577 p.

DIAS, Eduardo Rocha; MACÊDO, José Leandro Monteiro de. **Curso de Direito Previdenciário** – São Paulo: Método, 2008.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos./ ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. **Previdência: reformar para excluir? Contribuição técnica ao debate sobre a reforma da previdência social brasileira**. Brasília: DIEESE/ ANFIP; 2017.

DIEESE. **As mulheres na mira da reforma da previdência social**. São Paulo, mar.2017. (Nota Técnica, 171). Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec171MulherPrevidencia.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

DRESSLER, Felipe. **A Evolução histórica da previdência social no Brasil: as aposentadorias por idade urbana e rural e a aposentadoria híbrida**. 2014. 45f. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Três Passos (RS). 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista**. 8ª. ed. ver. São Paulo: Cortez, 2000.

FREITAS, Isabel; MORI, Natalia; FERREIRA, Verônica. **A Seguridade Social é um direito das mulheres**. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund. 2010.

GOIS, Raizza Carvalho. **A condição da mulher no trabalho doméstico: uma análise para o município de João Pessoa-PB**. 2017. 75f. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal da Paraíba, Paraíba. 2017.

GONÇALVES, Lucas Jordão da Silva. **Uma visão crítica sobre a proposta da reforma da previdência**. João Pessoa, 2017. 54f. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal da Paraíba, Paraíba. 2017.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. ISBN, São Paulo 2002.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 18. ed. Rio de Janeiro: Niterói: Impetus, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010: Características da população e dos domicílios: resultados do universo**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/tabelas_pdf/tab1.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**, 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163->

estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.htm>. Disponível em: 09 abr. 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Notas técnicas: **síntese de indicadores sociais 2003**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv5590.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/anos_anteriores_2015.shtm>. Acesso em: 11 mar. 2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/anos_anteriores_2016.shtm>. Acesso em: 30 mar. 2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/sintese.ph>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

JACCOUD, L.; MESQUITA, A. C.; PAIVA, B. **O benefício de prestação continuada na reforma da previdência: contribuição para o debate**. Brasília: IPEA, abr.2017. (Texto para Discussão, n. 2301). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29921>. Acesso em: abr. 2018

MARQUES, E. K.; GALEAZZI, I. M. S.; TONI, M.; KRELING, N. H. **Novos arranjos familiares: ampliação da inserção laboral feminina e seus impactos sobre a renda das famílias**. In: Mulher e Trabalho, Porto Alegre, FEE, FGTAS/SINE, V5. 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Editora Novos Rumos: São Paulo, 1986.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 4 ed. São Paulo: LTR, 2001.

MONTALI, Lilia. **Família, trabalho e desigualdades no início do século XXI**. Revista Brasileira de Sociologia RBS, Vol. 02, Nº. 04, Jul./Dez. 2014.

MOSTAFA, Joana; VALADARES, Alexandre Arbex; SOUZA, Marcelo Galiza Pereira de; REZENDE, Marcela Torres; e, FONTOURA, Natália de Oliveira. **Previdência e gênero: por que as idades de aposentadoria de homens e mulheres devem ser diferentes?** IPEA. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, nº 35, mar. 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/20170321_nt35-disco-previdencia-e-genero.pdf> Obtido em 16/08/17.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Anuário CAGED**. Brasília: MTE, SIT, 2016. Disponível em:
<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/caged_anuario_raistela10.php>. Acesso em: 14 abr. 2018

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. História **do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho**. São Paulo: Ltr, 1998.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho Doméstico**. Disponível em:
<<http://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>> Acesso em: 05 abr.2018.

RAMOS, Lauro. **O Desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em:
<<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em set. 2017.

ROCHA, Daniel Machado. **O Direito Fundamental à Previdência Social**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2004.

SABOIA, Vivian Aranha, **As desigualdades de gênero na previdência social na França e no Brasil**. CADERNO CRH, Salvador, v. 19, n. 46, p. 123-131, jan./abr. 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Livraria do Advogado, Porto Alegre, 2008.

SARMENTO, Daniel. **Direitos Fundamentais e Relações Privadas**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006, p. 19.

SOUZA, Jadiel Bispo de; SOUZA, Dyenne Priscila Bispo de. Princípios constitucionais da Seguridade Social. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XX, n. 159, abr. 1991. Disponível em:
<http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18826>. Acesso em set. 2017.

VIANNA, Cláudia Salles Vilela. **Previdência Social custeio e benefícios**. São Paulo: LTr, 2008.